



MUNICÍPIO DE ARGANIL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata n.º 02

Sessão Ordinária
da
Assembleia Municipal
realizada
em

25 de Abril de 2015



Assembleia Municipal

ATA N.º 2

-----Ao vigésimo quinto dia do mês de Abril do ano de dois mil e quinze, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu, pelas dez horas, a Assembleia Municipal de Arganil, sob a Presidência do Senhor Avelino de Jesus Silva Pedroso, Secretariado pelos Senhores Deputados Ana Rita Gonçalves e Mário Pereira Gonçalves na qualidade de 1º e 2º Secretário, respectivamente.-----

-----Seguidamente o 2º Secretário procedeu à chamada nominal, tendo respondido os seguintes elementos:-----

SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS ELEITOS:

-----Arménia Maria Morgado Coimbra, Fernanda Maria de Almeida Figueiredo Dias, Eugénio Tavares Fróis, Luís da Silva Moreira Gomes, António de Oliveira Simões, Elisabete Simões Oliveira, Cristina Maria de Almeida Jorge de Figueiredo, Luís Miguel das Neves Campos Almeida, Horácio Lisboa Afonso, António João Lopes, Fernando José Ribeiro Cavaleiro da Maia Vale, Carla Maria Travassos Rodrigues, Paulo Jorge Marques Amaral, Fernanda Maria Marques Martins Pacheco, Rita Sofia Gaspar Marques, Rui Martins Portugal.-----

SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS COM ASSENTO:

----- Presidente da União das Freguesias de Cepos e Teixeira, José António Gomes Costa, Presidente da União das Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra, Adelino Antunes de Almeida, Presidente da União das Freguesias de Coja e Barril de Alva, Luís Manuel Tavares de Moura, Presidente da União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz, António Manuel Antunes Tavares, Presidente da Junta de Freguesia de Arganil, João António Travassos Nunes, Presidente da Junta de Freguesia de Benfeita, Alfredo Oliveira Gonçalves Martins, Presidente da Junta de Freguesia de Celavisa, Maria do Rosário Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Folques, Manuel Alberto Saraiva Ribeiro, Presidente da Junta de Freguesia de Piódão, Ricardo Lopes Pacheco, Presidente da Junta de Freguesia de Pomares, Armando Nunes do Nascimento, Presidente da Junta de Freguesia de Pombeiro da Beira, Ermelindo Carmo Ventura, Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho da Cortiça, Rui Miguel Santos Almeida Franco, Presidente da Junta de Freguesia de Sarzedo, Fernando Ferreira Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Secarias, Leonel da Conceição Costa.-----



Assembleia Municipal

----- Também estavam presentes o Senhor Presidente da Câmara, Ricardo Pereira Alves, e os Senhores Vereadores Luís Paulo Costa, Paula Inês Moreira Dinis, Maria da Graça Lopes, António Sêco, Eduardo Miguel Ventura e João Pedro Pimentel. -----

----- O 2º **Secretário** deu conhecimento das justificações das faltas do Senhor Deputado António Gonçalves Cardoso e do Senhor Deputado Patrick Dias da Cunha que se encontram anexas a esta acta. - -----

PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

----- Do público presente a assistir à sessão da Assembleia Municipal, inscreveu-se uma pessoa, a senhora Filipa Ripley que começou por dizer “bom dia, eu venho aqui, na qualidade de Arquitecta, representar os residentes do Vale de Lomba, de Benfeita, trazer o assunto sobre a fossa séptica que está a fluir para a ribeira. Dentro desse assunto, soubemos que o município tinha uma alternativa, uma ETAR, e nós gostávamos de apresentar uma outra alternativa a essa ETAR que tem sido pesquisada pela ANNA EDAI na América e podia ser um projecto-piloto que nós gostaríamos de marcar uma reunião para podermos falar mais em privado, para poder explicar quais são os resultados que tiveram na América, porque é que ela limpa tão bem essa afluenta, como é que ela funciona. É mais eficaz, é mais económica, bastante económica, a manutenção é quase nenhuma. Se pudéssemos marcar essa reunião para apresentar essa alternativa à ETAR, gostávamos muito de apresentar os esquemas, podia ser um projecto-piloto para a agenda vinte e um dentro do tema da sustentabilidade e de mostrar como podíamos tratar essa ribeira de forma ecológica, limpar a água quase a cem por cento e depois replicar em outras pequenas aldeias. Porque não é só a dos Pardieiros que está a poluir, estão outras também, mas por um custo muito reduzido”. -----

----- Proferiu o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Avelino Pedroso** dizendo, “queria-vos felicitar, porque não só trouxeram um problema mas também um conjunto de soluções. Sobretudo na data que hoje estamos a celebrar, para a nossa democracia e para o nosso bem público é de louvar.-----



Assembleia Municipal

----- Foi dada a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Ricardo Pereira Alves**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e de seguida proferiu que “ manifestar a abertura da Câmara para podermos reunir para estudar essa solução alternativa que nos querem propor. Os nossos serviços vão-vos contactar imediatamente para podermos reunir ainda esta semana para podermos discutir a solução que nos querem apresentar”. -----

PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1- Leitura do expediente. -----

----- Teve a palavra a **Senhora 1ª Secretária em exercício da Assembleia, Ana Rita Gonçalves**, para **fazer a leitura da** correspondência recebida. -----

----- De todo o expediente recebido, que está arquivado na devida pasta, tiveram destaque as propostas apresentadas pelo Senhor Deputado António João Lopes, tendo sido lidas as propostas número vinte e quatro e vinte e cinco que se encontram anexas à presente acta. -----

----- **Proposta número vinte e quatro:** -----

----- “Promoção económica e ordenamento agrícola: -----

----- Verifica-se, em especial, junto de linhas de água, uma grande divisão da propriedade, resultante de vários processos de heranças, o que conduz agora a que pouco rendimento seja possível obter e que por vezes um proprietário possua várias parcelas. -----

----- Tendo em conta a lei 75/2013, artº23-2-m) e n) em que o Município tem as atribuições de Promoção do Desenvolvimento e Ordenamento do Território, proponho que: -----

----- Sejam iniciadas com o Ministério da Agricultura acções de emparcelamento com as que foram realizadas no Fundão e em Soure, recentemente. -----

----- Dado que o Plano do Município apenas foi aprovado em “Grande Opção” e como estes trabalhos são de baixo custo, considero ser possível iniciá-los já este ano. -----

----- De acordo com a Lei indicada, artº29-1-e), proponho que esta proposta seja enviada às restantes posições políticas e lhe seja atribuída tempo de debate na próxima Assembleia Municipal”. -----

----- **Proposta número vinte e cinco:** -----

----- “Para melhorar o conhecimento do município” -----

----- “Proponho que eu, em cada Assembleia Municipal Ordinária seja debatido um tema de interesse municipal, relacionado anterior. Algumas hipóteses: -----



Assembleia Municipal

----- Saúde – Desenvolvimento Económico;-----

----- Ensino – População;-----

----- Empresas – Actividades Económicas;-----

----- Turismo – Juventude;-----

----- Terceira Idade, etc, etc.-----

----- Anualmente seriam tratados quatro temas. Os elementos da A.M. poderiam apoiar os seus estudos em Colectividades, Entidades, etc, do Município ou não.-----

-----O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Avelino Pedroso**, explicou que “relativamente ao expediente se for necessário consultar o dossiê encontra-se disponível com os documentos enumerados. Quanto à proposta número vinte e quatro, ela foi em devido tempo reencaminhada para o executivo, no sentido de ser aprofundada e analisada. Esta proposta recente que aqui deu entrada, poderemos equacionar a criação de grupos de trabalho em áreas temáticas e depois poderemos reunir nesse sentido”.-----

----- Foi dada a palavra ao **Senhor Deputado, António João Lopes** que referiu, “eu nesta última proposta escrevi manualmente, por isso eu vou tentar sem querer ultrapassar o que foi lido e que pareceu ter sido difícil de ler, o que eu proponho é que em cada Assembleia Municipal haja um tema que seja tratado. Dei três ou quatro hipóteses, é evidente que há imensas hipóteses, cada elemento da Assembleia pode propor outras hipóteses. Faríamos uma Assembleia com maior conteúdo que nos permitisse conhecer melhor a região de Arganil, os seus enquadramentos e os seus problemas. Quanto à primeira como veio por e-mail foi escrita por letra de imprensa, parece que é extremamente clara, era fazer ou continuar um trabalho que já foi feito por muitos municípios, um deles aqui muito próximo, o do Fundão, e que fizeram o emparcelamento. A divisão da propriedade ao longo das gerações faz com que não tenha valor económico por vezes a propriedade de cada residente. Eu só por acaso, na última Comarca de Arganil o anúncio notarial em que um casal dispõe de dezassete prédios rústicos em que os impostos na ordem de 1,72 / 1,79 euros enfim 1,40 coisas deste género, conduzem a que o terreno não tenha capacidade para produzir como deve de ser. Ainda há muito pouco tempo me foi dito pelos elementos directivos do centro Paroquial de Coja, que um investidor pretendia instalar uma exploração agrícola para a qual não encontrou terreno disponível em Coja, bastava juntar três ou quatro parcelas e isso era possível. Não se encontrou porque a propriedade está muito dividida, logo nós, agora neste mandato, somos até certo ponto responsáveis por dar um contributo para isso. Obrigado”.-----



Assembleia Municipal

2 – Discussão e Votação da Acta da Sessão nº1 realizada no dia 28 de Fevereiro de 2015. -----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, a acta foi colocada à votação, sendo aprovada por unanimidade.-----

3 – Assuntos de interesse para o Município. -----

----- Teve a palavra o **Senhor Deputado Luís Almeida** que começou por cumprimentar o senhor Presidente da Assembleia Municipal, de seguida na sua pessoa cumprimentou todos os restantes membros da mesa. Cumprimentou o senhor presidente da Câmara e na sua pessoa os restantes membros do executivo e por fim cumprimentou todos os presentes na Assembleia Municipal.-----

----- “Permitam-me que nesta minha intervenção, fale com o coração de quem ama a sua terra. As suas gentes. Os seus feitos e o seu património. -----

----- No seguimento da minha intervenção na última Assembleia Municipal, onde pude destacar diversas obras de requalificação ocorridas em Arganil nos últimos anos, não posso deixar de me congratular, enquanto Arganilense, dos avanços no sentido da requalificação de mais dois espaços nobres da Vila de Arganil, falo concretamente do Teatro Alves Coelho e da Antiga Escola Adães Bermudes e que têm feito correr demasiada tinta. -----

----- Não posso deixar de realçar, o elevado sentido de responsabilidade e seriedade por parte dos Vereadores do Partido Socialista, votando por unanimidade em Reunião de Executivo, no objectivo comum de avançar com as obras de Requalificação do Teatro Alves Coelho, as quais deverão estar concluídas até final do presente mandato autárquico. -----

----- O PSD de Arganil considera, como sempre considerou o Teatro Alves Coelho como a peça que faltava na requalificação urbana da Vila de Arganil, demonstrando inequivocamente que os compromissos assumidos com os Arganilenses e sufragados por larga maioria são para serem cumpridos, independentemente da instrumentalização e do ruído em torno do mesmo. -----



Assembleia Municipal

----- Sobre o arranque das obras de recuperação da antiga Escola Adães Bermudes, saúdo o seu actual proprietário - Santa Casa da Misericórdia de Arganil por finalmente avançar com a requalificação do edifício, três anos antes da data acordada, evitando acima de tudo o elevado grau de degradação e desmazelo que ali se constatava, ganhando destaque depois das obras de requalificação do Paço Grande. -----

----- Poder perspectivar vida naquele espaço, é avivar memórias de infância de quem ali fez o seu percurso pré-escolar, já lá vão mais de trinta anos, enchendo-me de orgulho poder ver reabilitadas as três escolas que fizeram parte da minha meninice em Arganil. -----

----- Aguardarei com particular atenção o desenvolvimento da Academia Sénior naquele espaço, que espero vir a ser uma realidade dentro em breve, à semelhança de projectos idênticos e de sucesso existentes noutros concelhos”.-----

----- De seguida foi dada a palavra ao **Senhor Deputado Eugénio Fróis**, que começou por cumprimentar todos os presentes e de seguida usou da palavra para referir “não posso e não podemos nesta bancada, no dia de hoje, no dia em que se comemora Abril, fazer uma referência a este evento tão importante para todos os portugueses. Fazer uma referência com a noção de que logo há efectivamente a cerimónia formal, mas ainda assim acho que não faria nenhum sentido que não referíssemos nesta casa, neste dia, o vinte cinco de Abril e é isso que de uma maneira sucinta irei fazer para todos. -----

----- Vinte cinco de Abril, hoje comemoramos Abril num tempo dominado por desafios, receios e dúvidas, mas é nestes momentos, mais que em quaisquer outros, que é necessário ir à origem buscar inspiração, ânimo e coragem. A história do século vinte ensinou-nos tragicamente que é nas alturas de crise que sem hesitações temos que encontrar na democracia e no seu pleno exercício o fundamento primeiro onde firmar o esforço, que nos permita vencer as dificuldades. -----

----- Continua a ser na democracia que se encontra a energia colectiva que dá determinação, lucidez e alento, para fazer o que é preciso ser feito. -----

----- Comemorar Abril em dois mil e quinze é lutar por um serviço nacional e universal de saúde, é defender uma justiça credível e isenta, é reivindicar reformas aos pensionistas que após uma vida de trabalho lhes possibilite uma vida digna. Comemorar Abril deve ser o aprofundamento do poder autárquico e de uma efectiva descentralização do poder, aproximando cada vez mais os centros de decisão dos eleitores, pressionando os autarcas para investimentos que gerem postos de trabalho e fixem os seus concidadãos. -----



Assembleia Municipal

----- Comemorar Abril é sensibilizar para uma maior participação cívica e democrática, em particular nos actos eleitorais, pondo fim a taxas de abstenção elevadas que levantam dúvidas sobre a legitimidade da democracia. Abril deve ser ainda a valorização da escola pública e do trabalho dos seus professores, reconhecendo com agrado a evolução positiva que se tem verificado em Arganil. Ser sensível a Abril é defender a promoção do livro e da leitura indispensáveis no combate ao analfabetismo e à iliteracia. Ser sensível a Abril é desejar uma melhor redistribuição da riqueza e uma maior solidariedade com os mais carentes, nomeadamente no território Arganilense onde não tem havido essa sensibilidade.-----

----- O espírito de Abril deve reforçar a nossa independência efectiva num contexto internacional e, proporcionar o aprofundamento das relações com a grande comunidade lusófona. É ainda por tudo o que referi, e ainda pelo que não referi, que considero oportuno citar neste momento Sophia de Mello Breyner Andresen -----

“vinte cinco de Abril-----

Esta é a madrugada que eu esperava-----

O dia inicial inteiro e limpo-----

Onde emergimos da noite e do silêncio-----

E livres habitamos a substância do tempo” -----

----- Também não posso finalizar sem citar Fernando Pessoa que disse um dia: -----

“Uma nação que habitualmente pense mal de si mesma, acabará por merecer o conceito de si que anteformou. Envenena-se mentalmente. -----

----- O primeiro passo passou para uma regeneração económica ou outra, de Portugal é criarmos um estado de espírito de confiança-mais, de certeza, nessa regeneração.” -----

----- Se não conseguirmos acreditar nestes princípios basilares de organização de sociedade que ainda são possíveis, então nesse caso é preciso refazer Abril, acordar consciências para podermos retomar a esperança. Vinte cinco de Abril sempre” . -----

----- Foi dada a palavra ao **Senhor representante da União de Freguesias de Coja e Barril de Alva, Luís Moura**, “Senhor Presidente da mesa da Assembleia, restantes membros da mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Cidadãos. Neste dia de Abril em que a maioria dos presentes recorda como um dia de festa e com esperança de um Portugal melhor,



Assembleia Municipal

é com algum sentimento de nostalgia que me vou dando conta que nestes quarenta e um anos de democracia muito foi prometido e pouco foi feito por este país em que o destino nos colocou. A culpa não está solteira e, certamente, que grande parte da responsabilidade desta recorrente agonia, estará nas pessoas que de uma ou outra forma não cumpriram com os compromissos assumidos em campanhas eleitorais repletas de frases feitas, mas que muitas das vezes não passam infelizmente de atitudes trapaceiras daqueles que utilizam a política para a defesa primária dos seus interesses e de alguns que lhes são próximos. Arganil tem sido infelizmente um exemplo disso mesmo, persistindo ao longo destas quatro décadas, caciquismo e lóbis foram e continuam a ser responsáveis por muito atraso em que nos encontramos. Sem pormenorizar, porque disso a história se encarregará, permitam-me destacar o caso que dominou o debate público e que dominou nas últimas semanas, pronuncio efectivo do controlo que alguns teimam em manter para o destino deste concelho numa atitude total de desdém pelas pessoas que nele vivem. -----

----- Quero por isso enaltecer a decisão unânime do executivo em levar por diante a requalificação do Teatro Alves Coelho, querendo acreditar que a decisão tem em vista uma obra que devolva ao concelho este espaço emblemático de Arganil. -----

----- Na presente semana foi também tornada pública o apoio comunitário à manutenção das galerias ripícolas das ribeiras do concelho, iniciativa que é justo enaltecer, uma vez que tudo o que seja feito em prol dos recursos naturais, é uma obrigação da geração presente para com as vindouras, em todo caso, permitam-me chamar a atenção para a urgente intervenção que carecem as margens do rio alva em toda a sua extensão no concelho, dando continuidade ao trabalho iniciado pelo concelho vizinho de Oliveira do Hospital em dois mil e doze, Município que canalizou cerca de quinhentos mil euros de fundos comunitários para a preservação do ambiente. -----

----- Penso que é questionável e dificilmente aceitável, que passados anos sobre os aparecimentos dos apoios do PRODER, Arganil ainda não tenha conseguido encontrar uma forma de tipificar as respectivas margens sendo pouco agradável ver-se em pleno centro da Vila de Coja, árvores secas há anos nas margens, e outras caídas no leito do rio, constituindo-se em muitos casos um perigo para as milhares de pessoas que utilizam o rio alva no período de Verão. Por essa razão apelo ao executivo que promovam as diligências possíveis, para com urgência se efectuar uma intervenção naquela área. -----

----- E porque falo do Alva, não poderia deixar de partilhar a preocupação das pessoas de Coja em relação ao sistema de esgotos da vila, uma vez que são conhecidos frequentemente os entupimentos da conduta que alimenta o sistema de bombagem do centro da vila e que, reiteradamente provoca descargas directas no rio junto à Ponte do Senhor. Todos nós nos interrogamos qual será o dia em que Coja passe a receber os esgotos de Casal de S. João, Vinhó, Portela da Cerdeira e certamente



Assembleia Municipal

parte da Cerdeira. Pelo histórico, estamos infelizmente conscientes que Coja virá a sentir mais problemas com a fragilidade na rede naquele ponto e pondo-se por isso a inventariação de soluções alternativas à estação de bombagem que coloquem um ponto final nesta inaceitável situação, incompreensível depois das centenas de milhares de euros gastos recentemente nos sistema. -----
----- Para terminar não posso deixar de fazer uma referência às recentes declarações do Senhor Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses, sobre a possibilidade de privatização das águas de abastecimento público, associando-me à sua afirmação de que a privatização das águas é um esbulho e confisco de património construído pelas populações. E como em tudo nestes meandros da política económica os desmentidos vieram a público procurando descansar os Municípios, de que tal não era intenção do Estado e muito menos das empresas Águas de Portugal, mas sim apenas a fusão de cerca de duas dezenas de entidades usuárias em apenas cinco no país. Mas, tal como o Senhor Presidente da Associação Nacional de Municípios, também nós Cojenses acreditamos nesta explicação, questionando apenas a razão das frequentes visitas de Técnicos da Empresa Águas do Mondego, aos Sistemas de Abastecimento de Águas do concelho de Arganil acompanhados de funcionários da Câmara e que interrogamo-nos, se nos bastidores não existe nada que os Arganilenses deviam saber? Bem hajam, vindas ao Vinte cinco de Abril e à Democracia em Portugal. Obrigada”-----

----- Foi dada a palavra ao **Senhor Deputado Fernando Maia Vale** que começou por cumprimentar todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Arganil e de seguida iniciou a sua intervenção proferindo “uma referência muito breve relativamente à intervenção que a arquitecta que aqui esteve e falou antes da ordem do dia, é notório existir um problema grave e generalizado relativamente às águas residuais no concelho de Arganil. Isto não é sustentável, ambientalmente não é sustentável, tem que se defender os recursos, tem que se defender o bem-estar das populações. E parece que a manta fica curta, parece que está a passar de um lado, construindo novas ETAR’S e destapa-se do outro com novos problemas a surgir.-----
----- Hoje já ouvimos aqui dois ou três, fora os outros que se conhecem, portanto o apelo que eu aqui deixo é para uma resolução célere de todos estes problemas que existem no concelho de Arganil que muito afetam o bem-estar da população e deixam um mau nome ao concelho de Arganil, não um concelho ambientalmente sustentável”.-----

----- Teve a palavra o **Senhor Deputado António João Lopes**, que começou por dizer “ouvindo aqui o meu conterrâneo presidente da Junta, eu julgo que o problema em Coja do entupimento das



Assembleia Municipal

águas residuais, é o facto de fazermos passar o tubo pelo rio. As pessoas não têm noção e as pessoas ou têm e depois... Isto é tratado por políticos que não são técnicos e depois é tratado por empresas que querem ganhar. O passar pelo rio, o rio está sempre em movimento, todas aquelas areias, aquelas pedras mais fundas, mesmo fazendo um roço no fundo do rio, o que nunca foi feito, foi feito só um bocado, aquilo parte sempre e entope sempre nem que seja daqui a mil anos. Ora nós temos uma solução facilíma, é fazer passar o tubo pela ponte. Nós temos lá a ponte, o tubo e a quantidade de água que enche esse tubo naquele percurso é relativamente baixo, por isso devemos fazer passar de um lado para o outro do rio, pela ponte. Pode ser pelo lado norte que nem se vê, ou pode haver uma estrutura que não se vê, extremamente barata e podemos fazer daquilo um jardim, mas os jardins só existem nos nomes. -----

----- Bem eu já sou acusado por ser o elemento que vai perpetuar o PSD a ganhar eleições porque tenho feito tantas sugestões de aspecto que ao serem resolvidos a população fica satisfeita, enfim estou aqui numa posição um bocado delicada, mas continuo até ver. -----

----- Uma sugestão que tenho para fazer hoje, é um prédio que existe no centro de Coja e com certeza que já viram, o prédio já foi feito há cerca de cinquenta anos, eu estava em Angola na guerra nessa ocasião, já lá vão cinquenta anos para aí com quarenta metros quadrados ainda não foi rebocada, será que as estruturas do urbanismo da Câmara, já passaram para aí dez presidentes da Câmara, mais dez ou quinze presidentes da Junta e é evidente que o actual ainda não tem culpa porque só lá está há três meses, não há forma de resolver aquilo, andamos a falar em turismo e no centro da vila temos um exemplo daqueles? Bem, espero que isso seja capaz de ser demovido, afastado e resolvido. -----

----- Tenho dois baixo-assinados, um relativo a uma ponte que agora tem o nome de Rua Eng. Pinheiro que foi feita há alguns cinco, seis anos, havia iluminação na outra ponte mais a montante com certeza pensou-se que se iria transferir a iluminação anterior para aquela. O que é que acontece, continua a iluminação na ponte antiga onde não passa ninguém e a ponte nova que está a funcionar há quatro, cinco, seis, sete anos, não sei bem, não tem iluminação. -----

----- Outra é uma estrada de acesso a uma zona iluminada que são os Vales, onde não vive ninguém, onde não há casas, mas a rua, a avenida que tem passeios e estacionamento também continua sem iluminação, e já lá vão seis ou sete anos. Por isso eu tenho aqui um baixo assinado de pessoas que me fizeram chegar, isso e de acordo com a Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze de doze de Setembro, do artigo vigésimo quinto, estes assuntos todos nós elementos da Assembleia, devemos trazer à Assembleia para conhecimento e solução. -----



Assembleia Municipal

----- Outra petição e abaixo-assinado são relativos ao Centro de Saúde porque tem havido médicos que estão de férias ou não exercem o trabalho por qualquer outra razão e não há substituição. Eu sugiro à Câmara, que em Cuba até há médicos disponíveis para virem para Portugal.-----

----- Outra área que eu gostaria de discutir aqui, há dias na última Assembleia, o Senhor Deputado Fernando Vale fez umas propostas de trabalhos na floresta, é evidente que nós temos também aqui na Assembleia, o Senhor Presidente da Assembleia Geral da Associação dos Produtores Florestais, o Dr. Portugal, eu proponha aos dois que dialogassem e tratassem de concretizar o mais possível esta hipótese de trabalho que seria um trabalho para a Associação de Produtores Florestais e seria uma forma de a Câmara ter o trabalho já mais ou menos resolvido porque ao enunciarmos superficialmente os problemas, eu compreendo, entra por um ouvido e sai pelo outro.-----

----- Outra proposta que eu tinha a fazer, o Senhor Deputado Eugénio Fróis fez uma proposta de criação de postos de trabalho na última Assembleia, está muito bem e nós temos de fazer isso mas a Câmara até agora temos visto os postos de trabalho que criou desde a actual presidência, desde há dez anos, por isso eu proponho que o Fróis também tente concretizar mais este aspecto.-----

----- Na última Assembleia falaram aqui dois residentes que puseram duas questões. Um o senhor Moura do Casal Mourão proponha o arranjo de uma valeta e o alcatroamento de um percurso, será que isto já foi resolvido?-----

----- Outro era o Senhor Castro Nunes que nos pedia a fotocópia de um protocolo entre a Universidade de Coimbra e a Câmara Municipal de Arganil. Será que estes assuntos foram resolvidos?-----

----- Eu faço o seguinte apelo ao Senhor Presidente da Câmara, que não me responda a estas perguntas de imediato porque eu sei que por vezes estas perguntas têm de ir aos serviços e recolher informações, para se evitar aquilo que se deu com o painel monárquico que ainda não chegou ao cinco de Outubro que fazia parte das capas do Foral. É evidente que não faz e então eu diria ao Senhor Presidente da Câmara que respostas desta natureza, não precisa de mas dar agora, pode enviar-me por e-mail e eu na próxima Assembleia faria a leitura dessas respostas para todos os elementos dessa Assembleia”.-----

----- De seguida usou da palavra a **Senhora Deputada Cristina Figueiredo** que cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Avelino Pedroso para de seguida pronunciar “a minha intervenção vem na sequência do conhecimento recente que tivemos sobre a candidatura apresentada pelo GAL ADIBER Beira Serra ao concurso da pré-qualificação dos Gal para implementação do instrumento de desenvolvimento local de base



Assembleia Municipal

comunitária que foi qualificada para a segunda fase. Facto com o qual nos congratulamos, já que permitirá aos Municípios da Beira Serra, e em particular a Arganil, poder beneficiar de um horizonte de perspectivas de apoio ao emprego, ao empreendedorismo, à inclusão social e à valorização do património edificado e natural. A pertinência desta proposta de macroestratégia de desenvolvimento local que será implementada na região da Beira Serra até dois mil e vinte e no âmbito do qual se pretende afirmar a Beira Serra como um território e mais, ou seja, mais inovador, mais inteligente, inclusivo, ilimitável e institucional, vem disponibilizar recursos financeiros que serão geridos localmente, com o objectivo de apoiar e incentivar a promoção do desenvolvimento económico e Social e a melhoria do bem-estar das populações assente no aproveitamento potencial endógeno que esta região tem para oferecer.-----

----- Parabéns por isso ao Município de Arganil, à região da Beira Serra e à ADIBER na pessoa do seu presidente, Dr. Miguel Ventura a quem dirijo a minha saudação pessoal, pela singularidade de colocar o seu profissionalismo ao serviço da credibilização de oportunidades em território rural, bem como, a sua cidadania precursora no envolvimento e motivação das entidades parceiras objectivando uma visão estratégica para o futuro destas populações e região.-----

----- Ainda no contexto de algumas intervenções já hoje aqui expostas nesta Assembleia requerendo a solução em projectos ecológicos e sustentáveis, encontra-se a decorrer o período de candidaturas para o Pacto do Desenvolvimento e Coesão Territorial no âmbito do programa Portugal 2020 que visa uma estratégia integrada de desenvolvimento territorial que brevemente serão apresentadas pela CIM Região de Coimbra. Neste propósito interrogo também o Senhor Presidente da Câmara Municipal, também vice-presidente da CIM, se existem e quais os projectos que o Município de Arganil pensa incluir neste documento. -----

----- Teve a palavra a **Senhora Deputada Elisabete Oliveira**, que começou por cumprimentar todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia e de seguida proferiu “Hoje queria fazer referência ao evento Arganil Rock que se realizou no dia quatro de Abril e queria de alguma forma também fazer aqui uma referência de congratulação a todos os jovens que se envolvem neste projeto há nove edições. Este projecto acaba por ser especial e ter esta natureza, de ser um evento para os jovens criados pelos jovens. Acho que de facto é importante que mais iniciativas deste género sejam desenvolvidas. Porque haver espaço para que as associações juvenis tenham a oportunidade de desenvolver projectos com que se identifiquem é essencial, também aqui o papel do Município que tem assumido desde sempre total colaboração ou mostrado total disponibilidade para trabalhar em conjunto com estes jovens. Referir que esta edição me parece ter encontrado uma fórmula de sucesso que é importante manter mas também consolidar, foi a edição com mais público, teve mil



Assembleia Municipal

trezentas e cinquenta pessoas presentes, parece-me também que para além da resposta que significa para todos os jovens do concelho que encaram este evento já como uma referência e que aguardam por este evento, pode também ser um cartão-de-visita do concelho ao nível da juventude e permitir também, que outras pessoas venham ao nosso concelho neste dia, surgindo aqui como uma referência na Beira Serra e espero que aconteça. -----

----- Antes de terminar queria também dizer que é muito importante e não deixa de me deixar muito feliz, que as associações juvenis tenham conseguido reciclar as pessoas que fazem parte delas e que passados nove anos as pessoas que o começaram tenha efectivamente havido uma transição para outras pessoas. Nem sempre os projectos sobrevivem a quem os criou e acho que é muito importante e mostra finalmente a importância deste evento, que ele seja criado por outras pessoas hoje, que outros jovens se identifiquem com ele e que o Arganil Rock continue a fazer sentido, que esteja cada vez mais forte e que se mantenha. É muito importante para quem ajudou a criá-lo, portanto aqui uma nota pessoal, ver outros jovens com a mesma energia ou talvez mais, a continuar a mantê-lo e a desenvolver-lo e ver o entusiasmo de quem o organizou e de quem participou nele. -----

----- Os meus parabéns ao Município e naturalmente aos Grupos de Jovens e às Associações Juvenis que o organizam há nove edições”. -----

----- Foi dada a palavra à **Senhora Deputada Carla Rodrigues**, que começou por fazer “um cumprimento especial já que se comemora Abril, já aqui foi referido, tem muito significado para todos nós, para todos os portugueses. -----

----- A minha intervenção centra-se na análise do investimento que foi feito pelo executivo, em matéria de ambiente, nomeadamente na área saneamento. -----

----- Neste momento, estão em fase de conclusão as Etar’s de Sail, Rochel, Sarnadela, Folques, Pomares, S. Martinho, Vila Cova e Barril; foi adjudicada a da Cerdeira e está prevista, ainda em 2015, a construção da ETAR da Sanguinheda e Pardieiros. Para além destas obras, ainda se verifica um investimento significativo no tratamento das águas residuais, nomeadamente nas freguesias de casal de S. João, Vinhó, Portela da Cerdeira e Pisão. -----

----- Neste contexto, não posso deixar de referir a ETAR da zona da Relvinha que, já foi aqui questionada por diversas vezes, e não só na última sessão desta Assembleia, e acerca da qual todos nós temos a mesma opinião, deve ser uma das prioridades do Município. Assim, aproveito a oportunidade para questionar o Sr. Presidente da Câmara sobre como está esta situação. -----

----- Por último, queria reforçar mais uma vez, a necessidade de se concertar uma solução para se resolver a situação do mau cheiro que, por vezes, se constata ao fundo da ladeira do Sarzedo,



Assembleia Municipal

resultante, provavelmente, de algum problema no funcionamento do sistema de drenagem das águas residuais para a ETAR da Alagoa.-----

----- Usou da palavra o **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho da Cortiça, Rui Franco** que começou por cumprimentar todos os presentes e de seguida usou da palavra para dizer “pretendo hoje manifestar o meu regozijo pela forma como o meu Município decidiu assinalar o vinte cinco de Abril deste ano. Com esta Assembleia Municipal, com assinaturas de Contratos-Programa, a entrega de equipamentos de segurança aos Bombeiros, enfim, considero até uma homenagem ao Associativismo e às Freguesias que representam uma das maiores conquistas de Abril. O poder autárquico democrático e a sua independência que tem feito chegar à população, ensino, saúde, direito de opinião e a criação de infra-estruturas que proporcionam qualidade de vida às pessoas. Agradeço por isso ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Arganil, a confiança depositada nos Autarcas de Freguesia e nos dirigentes associativos com esta simbólica assinatura dos Contratos-Programa que representa precisamente isso. -----

----- Acrescentando aqui à última intervenção sobre as ETAR’S em curso, construídas e em vias de construção no Concelho de Arganil, dizer que estou nesta Assembleia Municipal muito perto de quinze anos e nunca ouvi falar em tanta obra em curso ao mesmo tempo, no que diz respeito a tratamento de resíduos. Pela primeira vez, realmente sente-se o investimento crescer a nível concelhio no tratamento das águas residuais. Isso também é de assinalar, tendo em conta que é um investimento que tem sido descorado no passado”. -----

----- Teve a palavra ao **Senhor Presidente da Junta de Sarzedo, Fernando Simões**, que cumprimentou todos os presentes na Assembleia para de seguida referir “mais uma vez na Zona Industrial da Relvinha esta semana, aconteceu lá um acidente com um semi-trailer que vinha a sair da zona oeste de descarregar na firma Pinewells e provocou o acidente. Todos nós temos de pensar um pouco naquilo, que é o tipo de transporte que ali passa e que atravessa todos os dias aquela 342-4 tanto no regime de entrada, como no sistema de saída.-----

Um semi-trailer pelo mínimo que tenha de comprimento é sempre superior a quinze metros, vejamos o que são quinze metros a sair da zona oeste para entrar na 342-4.-----

----- Este assunto já foi aqui trazido ainda antes da Pinewells estar instalada, primeiro pelo Senhor Deputado Luís Gomes, depois por mim enquanto Presidente da Junta, entretanto o Senhor Presidente da Câmara na altura informou que estava em contacto com o Instituto Nacional de Estradas para esse assunto ser resolvido, já lá vão seis anos e eu gostaria de saber qual foi o resultado desse contacto com o Instituto Nacional de Estradas porque, infelizmente, mais uma vez, um acidente enorme foi



Assembleia Municipal

acontecer precisamente na travessia desse cruzamento. Também pedi na altura que fosse feita a demarcação à saída da Zona Industrial da Relvinha Este, porque há a saída de todos os funcionários que chegam a fazer três e quatro filas, em que nós queremos entrar para a Zona Industrial e ninguém consegue entrar, e nem essa separação foi feita. -----

----- Eu gostaria que fosse feita, porque penso que a vida das pessoas merece efectivamente que seja respeitada, peço que haja alguma intervenção nesse sentido e que o Senhor Presidente da Câmara tenha o cuidado, e penso que vai tê-lo de certeza absoluta como é hábito, de se preocupar com esta situação porque na quinta-feira foi mais uma desgraça que ali aconteceu”. -----

----- Foi dada a palavra ao **Senhor Deputado Luís Gomes** que começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia e os restantes membros da mesa, de seguida cumprimentou o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os colegas Deputados e os representantes dos órgãos de comunicação social para de seguida referir duas notas. -----

----- A primeira refere-se à data que comemoramos hoje, uma data importante da qual é preciso extrair as consequências que resultaram desse dia vinte cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro. Uma das grandes conquistas do vinte cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro foi a realização das primeiras eleições livres para a primeira Assembleia Constituinte. Esta bancada do PSD na altura PPD orgulha-se de também o partido a nível Concelhio ter a sua participação na luta democrática que foi preciso desenvolver depois do famigerado Verão Quente de setenta e cinco. Estivemos na luta porque esta bancada é constituída maioritariamente por gente jovem, por pessoas que ainda na altura ainda não tivessem nascido, é importante que fiquem estas memórias do passado porque a história democrática faz-se também das memórias do passado e não apenas de lamúrias e de lamentações. Eu vivi essa história e de alguma maneira eu representei e orgulho-me disso, há quarenta anos atrás de ser candidato a deputado pelo ciclo de Coimbra à Assembleia Constituinte, orgulho-me pessoalmente e necessariamente o meu partido também tem de se orgulhar por essa participação. Não poderia, quarenta anos depois, deixar de evocar este facto que também se comemora este ano uma data posterior, claro. -----

----- Depois desta nota queria fazer uma referência àquilo que considero que foi feito e conseguido na vila como o embelezamento e a requalificação do Paço Grande e do Largo do Cruzeiro. -----

----- Está uma obra que dignifica Arganil, o mercado semanal apresenta-se com outro visual, de uma forma organizada, disciplinada embora muitas vezes não muito bem aceite pelos seus feirantes mas a pouco e pouco penso que as coisas ficarão em ordem. Dos mercados que conheço e particularmente na região Centro e também no Norte, penso que o Município está de parabéns pela forma como conseguiu ordenar o espaço. Era só, muito obrigado”. -----



Assembleia Municipal

----- Usou da palavra o **Senhor Deputado Eugénio Fróis**, para proferir “eu tenho de novo uma intervenção que preparei para fazer e que considero importante, mas antes disso, não poderia deixar uma palavra sobre o Teatro Alves Coelho, que me parece um assunto de extrema importância. -----

----- Relativamente ao Teatro Alves Coelho o PS tem uma posição simples, que tem expressado com clareza e com firmeza ao longo de muitos anos, por muitos de nós que deram o seu contributo também, que acharam isso importante e esse contributo vai no sentido de as obras serem feitas e a requalificação ser efectivamente agendada. -----

----- Temos dito, embora de uma forma simples, mas temos dito que a requalificação não passa necessariamente só pelo edifício, isso parece-nos pouco, mas pela imaginação que possamos ter em conjunto, no sentido de fazer daquela infra-estrutura, que foi importante para os Arganilenses, que foi feita de uma forma democrática, participada, Torga relata-nos isso com grande beleza, “cada um trazendo a sua pedra”, dizia eu que nós achamos que essa requalificação deve ser feita no sentido de fazer daquele espaço uma nova centralidade cultural na Beira Serra e em toda esta região. É isso que está em causa e falar deste tema hoje, é extremamente confortável. -----

----- Antes de terminar esta nota, saudar a intervenção do Deputado Luís Almeida por ter incluído este tema no seu discurso e penso que essa inclusão vinda dele, que representa com responsabilidades o PSD de Arganil, representa de facto essa abertura a este tema. -----

----- Para além disso eu perdi algum tempo, perdi não, trabalhei no sentido de poder partilhar convosco hoje, aquilo que eu considero um assunto pungente e que já o falei e o referi na última Assembleia Municipal e estou a falar do despovoamento que o Município de Arganil apresenta. Nós devemos ter com este tema uma grande preocupação e dar-lhe uma grande atenção e colocar isto na nossa agenda, se não o fizermos, todas estas infra-estruturas de desenvolvimento que estamos aqui a lutar não serão necessárias porque nós não temos pressão. -----

----- Eu fui buscar e pesquisei valores, números das crianças do jardim-de-infância / pré-escolar e dos alunos do primeiro ciclo e em noventa e dois noventa e três o pré-escolar tinha na sua globalidade do Município de Arganil, trezentas e noventa e quatro crianças e o primeiro ciclo tinha oitocentas e trinta e nove, repito, primeiro ciclo ano de noventa e dois, noventa e três oitocentas e trinta e nove crianças. Pois bem os totais de dois mil e quinze, dois mil e dezasseis são para o pré-escolar no global, Município, cento e noventa crianças e para o primeiro ciclo trezentas e trinta crianças. Estamos a falar de diferenças abismais de mil novecentos e noventa e dois noventa e três e isto, dito desta forma e exemplificado assim, dá-nos a ideia da importância do problema. É evidente que tenho aqui números que fui recolhendo das escolas e dos agrupamentos de escola e este não é



Assembleia Municipal

um problema específico do alto concelho, é um problema transversal. Eu sei que o Senhor Presidente da Câmara, na resposta, me vai dizer que não é um problema especificamente nosso, eu sei, mas aquilo que nos diz respeito temos que nós ter uma preocupação e um cuidado de resposta e eu dizia que o problema não é do alto concelho e do baixo concelho, o problema é de um todo, porque voltando aos números, o pré-escolar de Arganil em dois mil e quinze – dois mil e dezasseis, só em Arganil, sede, tem cinquenta e nove meninos e em Coja há cinquenta e três. Também daqui se pode também concluir que isto é global e que não é específico do alto, do baixo, não, é um problema real. E depois de analisarmos estes números, a questão que se coloca é, o que é que nós podemos fazer por isto? Esta é a verdadeira questão e eu sei que isto não tem uma verdadeira resposta simples.-----

----- Continuando com os números e os números são expressões matemáticas que nos ajudam de uma forma rigorosa, eu penso que também Arganil nos dá as soluções e diz qual é o caminho. É que considerando por exemplo Pomares que é uma freguesia periférica, a escola de Pomares e o Jardim de Pomares tem em dois mil e quinze / dois mil e dezasseis, no pré-escolar, Pomares tem dez meninos e no primeiro ciclo tem treze, ora bem, perguntar-me-ão porquê? Porque é que Pomares tem hoje mais crianças na escola que tem Pombeiro da Beira que tem Jardim e escola, dezasseis meninos e Pomares tem vinte e três. Todos nós sabemos qual é a diferença em Pomares, a diferença em Pomares chama-se Goucam que emprega sessenta e duas mulheres e eu oiço por aqui autarcas vizinhos, todos mostrarem mais soluções e mais ajudas para a natalidade, uns dão mil euros outros inventam por ali soluções. Meus bons amigos, eu penso que a solução está aqui, é preciso efectivamente criar postos de trabalho e só os postos de trabalho criam a estabilidade ao casal para poder investir e ter filhos, não há outra solução, é esta. Mas se eu não tivesse Pomares, socorria-me do Sarzedo. -----

----- O Sarzedo que fica a dois passos de Arganil e a escola do Sarzedo tem no pré-escolar trinta e três meninos quando Arganil e repito, tem cinquenta e nove. Perguntar-me-ão porquê? Basicamente porque há emprego perto do Sarzedo e também seria injusto da minha parte não reconhecer o trabalho meritório da Instituição que o Sarzedo tem e que eu não corro o risco de não fazer esse reconhecimento público ao trabalho dos técnicos e ao trabalho dos responsáveis do Centro do Sarzedo.-----

----- Portanto esta é uma questão absolutamente séria, é uma questão decisiva, porque se nada for feito, a desertificação que hoje está no Enxudro, nos Parrozelos, etc, no Valado, começa a descer e aquilo que eu peço, tentando responder ao colega de bancada João Lopes, eu sei que o Município não pode substituir-se à actividade empresarial nem o Eugénio tem aqui uma varinha mágica que faculta a solução, ninguém tem isso, agora o que nós podemos é efectivamente considerar este assunto prioritário, colocá-lo na agenda e de braço dado, porque eu não estou a culpar ninguém, eu



Assembleia Municipal

estou a fazer a análise, ninguém me ouviu apontar a culpa a ninguém, não é essa a razão da minha intervenção. O que é preciso é todos olharmos-nos nos olhos e ver o que é possível fazer na Benfeita, em Vila Cova do Alva e em Coja, no sentido da fixação das pessoas e isto tem que ser um objectivo prioritário a todos”.-----

----- Foi dada a palavra ao **Senhor Deputado António Lopes** para dizer “ora o Deputado Eugénio Fróis já deu alguma ideia interessante, Pomares tem lá uma fábrica de confecções e por isso tem lá senhoras, senhores, homens, mulheres, por isso há crianças. Mas há mais, querem ver outra? Eu já reuni duas vezes com entidades gestoras de Centros de Dia aqui na alta região de Arganil, nascente digamos. O Barril que é talvez a mais pequena comunidade de protecção à terceira idade, IPSS, tem um conjunto de estufas, tem três postos de trabalho em permanente a produzir alfaces, couves batatas, galinhas, porcos, coisas que ao meio dia e à noite são consumidas na entidade. É evidente que o Senhor Rogério, que segundo eu sei e já o conheço há sessenta anos, adepto do meu partido mas temos convivido muito bem desde há sessenta anos, está completamente desanimado porque ele tem posto a funcionar uma máquina onde há criação de postos de trabalho, onde há riqueza, onde há possibilidade de regeneração, onde há aquilo que a arquitecta estrangeira ou pelo menos de formação estrangeira nos falou, na agenda vinte e um, isto é, eu fui eleito unanimemente por todos, como representante da agenda vinte e um, alguém se apercebeu que as minhas vinte e cinco propostas até agora, estão dentro do programa de sustentabilidade que a ONU propôs em mil novecentos e noventa para todo o mundo e que foi aprovado numa grande conferência de Presidentes da Republica e Primeiros Ministros no Rio de Janeiro. Por isso nós temos que continuar, temos internet, temos gente conhecedora e temos a maior maravilha neste país. Temos água, temos terra, temos clima bom... A Holanda afastou o mar, todos com certeza já foram à Holanda e se não foram é fácil ver na televisão, fotografias, nós estamos junto ao mar e o mar está ali à nossa direita, ao nosso nível ou um pouco mais baixo três ou quatro metros e a terra está à nossa esquerda sete ou oito metros abaixo e o que é que eles fazem com essa terra? Vendem flores, vendem vacas e arranjam trabalho para os nossos conterrâneos. Ainda o ano passado, de Vinhó, um casal jovem foi para a Holanda trabalhar, mas em Vinhó tem dez mil vezes mais possibilidades naturais de trabalhar porque tem um clima bom, porque tem uma concha virada a sul extremamente boa, protegida dos ventos frios da Serra da Estrela, porque tem água em permanente, naquela ribeira corre água todo o ano e se não corre em Agosto é o máximo, enfim nós temos tudo isto e depois andamos aqui a dizer faz tu os postos de trabalho. Não temos que começar a fazer. -----



Assembleia Municipal

----- Eu piquei aqui o Eugénio e o Fernando mas tenho que picar muito mais, o Luís Gomes que é político profissional há quarenta anos. Ou Luís Gomes na primeira reunião que tivemos, já dizes que não perco pela demora, está bem eu conto contigo. Está bem mas tem que dar andamento a estas coisas, tu que és o cabeça de lista, julgo eu, da tua bancada há quarenta anos, tens perdido o ouro que vai pelo rio a baixo até à Figueira da Foz e está aqui. Nós podemos fazer piscicultura no rio nas albufeiras que temos, podíamos fazer energia eléctrica no rio que temos, que tem duas albufeiras aqui no Concelho de Arganil e comporta mais duas ou três, temos montanhas com vento que dá para fazer energia eléctrica, temos mato que chega até dizer basta, eu estou a alargar-me...-----

----- Senhor Presidente nós temos ainda muito tempo, os assuntos que vêm a seguir resolvemos em cinco minutos e estes assuntos são extremamente importantes. -----

----- Eu ia a contar a história do Barril do Alva, já fiz duas reuniões como disse com directores daqueles Centros de Dia em que estive sempre o senhor Rogério que já participou nestas Assembleias e ele diz-me aquilo não é nada, aquilo é só passar tempo, vejam bem o que nós somos capazes de fazer disto. Temos aqui um decreto extremamente interessante que diz que podemos fazer o Ordenamento do Território, podemos fazer o Desenvolvimento do Município, que devemos cuidar da saúde dos seus residentes, que devemos cuidar da sua formação e não fazemos. Eu logo no início, em Agosto de dois mil e treze quando tomei aqui posse, fui à antiga escola de Regentes Agrícolas que agora é o Instituto Superior Técnico Agrário de Coimbra ou uma coisa parecida e o Presidente do Instituto disse-me assim, não tenha problemas nenhuns, digam-me o que querem, que eu tenho aqui gente a fazer doutoramentos, mestrados e eles vão fazer trabalhos que vos interessa e vocês só têm que pagar o transporte. -----

----- Francamente, andamos aqui a pagar rios de dinheiro em gasolina para trazerem as batatas que comemos e os feijões e as cenouras, temos que pagar a gasolina do Ribatejo para aqui e não temos cá nada nem postos de trabalho. Pagamos a gasolina, vêm trabalhadores a fazer um trabalho inútil, danificam-se as estradas que custaram milhões, danificam-se os equipamentos das viaturas que têm que ser reformuladas. Já viram que este trabalho é todo inútil, se tivéssemos esse trabalhador aqui a produzir esses produtos e a distribuir. Quando era produção superior ao consumo podíamos ir distribuir a Coimbra ou à Figueira da Foz. -----

----- Nós até temos um aeroporto em Coja que não é usado e podia ser usado, temos uma pista alcatroada e outra por alcatroar. Nós não temos é cabeça nem diálogo e depois o Senhor Presidente também tem culpa porque só nos dá cinco minutos para falar em coisas úteis... -----

----- O Senhor Deputado António Lopes foi informado pelo Senhor Presidente da Assembleia, Avelino Pedroso, de que a sua intervenção já estava em nove minutos. -----



Assembleia Municipal

----- O Deputado António Lopes continuou “ainda temos muito tempo, o almoço é só à uma hora e estes assuntos são extremamente importantes, eu volto a dizer que o exemplo da IPSS do Barril do Alva tem de ser estudada por todos os elementos desta Assembleia, da Câmara Municipal, mas não me venha o Senhor Presidente da Câmara dar agora uma resposta imediata e imediatista para mostrar que é um político eficiente respondendo a estas questões. Estas questões são para engenheiros que só podem ser tratadas com números, com papeis, com cálculos e com cabeça arrumada, por isso fico por aqui”. -----

----- Teve a palavra o **Senhor Deputado Luís Gomes**, para referir “ permita-me que dirija ali uma pequena nota ao meu prezado e velho amigo António João Lopes, só para lhe dizer o seguinte, há aí uma deturpação em relação a uma frase pessoal, em que me chamou político há quarenta anos e eu corrigia-o proferindo a seguinte frase, talvez ele quisesse dizer, um defensor intransigente há quarenta anos dos interesses do nosso Concelho e só deixar-lhe uma última nota é que eu passo para além da teoria, sou um pragmático e prático. A minha estufa que tenho junto de casa produz as hortícolas necessárias para o meu auto consumo, portanto eu sou um produtor e não um teórico”. ---

----- O **Senhor Presidente da Assembleia, Avelino Pedroso**, antes de dar a palavra ao Executivo Camarário quis fazer uma pequena referência a uma questão que foi anteriormente falada, a questão da desertificação do nosso território.-----

----- “Efectivamente não é uma questão só do nosso Concelho, mas é destes Concelhos à volta e infelizmente também traduz uma série de estratégias que foram tomadas há anos de Planeamento do nosso território. Obviamente que cada Município tem que fazer o seu trabalho de casa mas isto terá que passar inevitavelmente por um entendimento e um conjunto dos Municípios ao nível Regional e nessa medida, só a título de exemplo, no ensino sabemos que quase todos os Municípios têm escolas Secundárias e deparam-se com o grande problema que é não ter oferta educativa para todas as áreas dos respectivos alunos. Por exemplo nesta área é imprescindível que haja um entendimento entre Municípios no sentido de que a oferta educativa de uma determinada região seja assegurada tanto quanto possível não muito longe do local de onde os alunos são oriundos”. -----

----- Foi dada a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara, Ricardo Pereira Alves** que usou da palavra para proferir, “eu iria solicitar que pudesse dividir em duas partes a minha intervenção. Uma respondendo às questões todas que me foram colocadas e se me fosse permitido digamos que a



Assembleia Municipal

complacência da Assembleia, relativamente há questão dos fundos Europeus, eu depois faria uma intervenção logo a seguir, no fundo para enquadrar qual é o estado do processo de construção da Estratégia Intermunicipal da Região de Coimbra e o seu impacto também no Concelho de Arganil. ----

----- O **Senhor Presidente da Assembleia, Avelino Pedroso** referiu que da parte da mesa da Assembleia, não havia impedimento. De seguida colocou a questão à Assembleia Municipal no sentido de saber se alguém via algum inconveniente ao solicitado pelo Senhor Presidente da Câmara.

----- Não havendo contestações, deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara, Ricardo Pereira Alves**, “Antes de mais gostava de saudar a realização desta Assembleia precisamente no dia Vinte Cinco de Abril, é um sinal claro, é uma conquista de Abril a existência do debate democrático e julgo que esse debate é absolutamente decisivo para o sucesso na construção das políticas públicas locais, no envolvimento de todas as forças políticas, de todas as forças sociais, de todas as gerações na construção de um Concelho cada vez melhor e por isso saúdo naturalmente a realização simbólica desta Assembleia no dia Vinte Cinco de Abril, a expressão máxima da liberdade e da democracia. ----

----- Queria também começar por agradecer as palavras do Senhor Deputado Luís Almeida, que nos trouxe aqui a questão do Teatro Alves Coelho, aliás também foi abordada pelo Senhor Deputado Eugénio Fróis e dizer que independentemente dos caminhos que cada partido defenderia relativamente a esta matéria, houve sempre um traço comum, que era a necessidade de recuperação do Teatro Alves Coelho e a sua requalificação. Nesse sentido também quero saudar as forças políticas que estiveram, que se sentam na Câmara Municipal e decidiram na passada na terça-feira por unanimidade, avançar com as obras de requalificação do Teatro Alves Coelho. -----

----- Deixa-nos um desafio relativamente àquilo que é a vertente física, mas também nos deixa um desafio quanto à dinamização do espaço. Portanto sermos capazes de imaginar e construir a oferta cultural em rede com outros espaços semelhantes da região e podermos acolher um conjunto diversificado de actividades culturais que não se esgotam na questão do teatro ou na questão da música, é absolutamente decisivo, para isso é naturalmente, um desafio que não é apenas para o executivo camarário, mas também é para os partidos políticos e para a sociedade civil que deve ter aqui um papel decisivo, portanto aqui fica também esse desafio. -----

----- Relativamente à escola Adães Bermudes, associar-me às palavras do Senhor Deputado Luís Almeida, também foi lá que fiz a minha pré-primária e naturalmente que quando falo desta escola falo sempre com alguma emoção, aquilo que desejo é que seja possível que essa recuperação aconteça rapidamente, não apenas pela recuperação do edifício mas por aquilo que era o objecto do contrato de direito de superfície que foi celebrado entre a Câmara Municipal e a Santa Casa da Misericórdia de



Assembleia Municipal

Arganil, a criação da Academia Sénior- Academia Condessa das Canas que é muito importante no contexto daquilo que é a nossa competitividade em termos regionais na área social especificamente. -

----- Ouvi e anotei as questões colocadas pelo Senhor Presidente da União das Freguesias de Coja e Barril de Alva. De facto vamos em breve iniciar um trabalho de limpeza das ribeiras do Concelho, aquelas com maior expressão, resultado de uma candidatura ao PRODER. Vão ser intervencionadas a Ribeira de Folques, a Ribeira da Mata, a Ribeira da Mourisia, a Ribeira de Parrozelos, a Ribeira do Rochel, a Ribeira da Teixeira e a Ribeira de Celavisa, para além do troço inicial do rio Ceira dentro do Concelho de Arganil.-----

----- O Rio Alva não fez parte desta candidatura por razões técnicas, dificuldades no âmbito do parcelário, de todo o modo é nossa intenção no quadro do Portugal 2020 e do PDR 2020 poder fazer uma candidatura para limpeza das margens do Alva, para além de outros cursos de água em que seja necessário fazer essa intervenção.-----

----- Relativamente à questão que colocou da ETAR de Coja que vai passar a colher os efluentes domésticos de Portela da Cerdeira, Vinhó, Casal de S. João e Pisão, dizer que temos o compromisso das Águas do Mondego que fará uma nova obra de entrada na estação elevatória que é naturalmente onde existem os problemas e não noutros pontos, uma nova obra de entrada que permita resolver o problema uma vez que a ETAR de Coja tem capacidade para tratar todo este efluente. -----

----- Disse também na sua intervenção uma questão que não posso deixar passar em claro, a questão da privatização das águas e aí tenho que ser absolutamente justo, o que está em curso é uma questão de fusão de sistemas multi-municipais de abastecimento de água e saneamento ao qual nos pronunciamos contra este processo de fusão, também é bom que isto fique claro, ou seja, passamos de dezanove sistemas a nível nacional para cinco sistemas. No nosso caso mais próximo, há aqui uma fusão das empresas Águas do Mondego, SIMLIS e SIMRIA, agora nunca foi abordada a questão da privatização, essa questão o governo sempre desmentiu com toda a clareza, que não estava em causa privatizar as águas em Portugal e portanto julgo que admitirmos sequer essa possibilidade é estarmos a dar um pretexto, a dar uma vantagem a quem defende a privatização do sector, que de todo não deve ser privatizado.-----

----- O Senhor Deputado António Lopes falou de um conjunto de situações e pediu para não responder, naturalmente que a algumas devo responder sobretudo no dia de hoje, o exercício do contraditório é algo verdadeiramente relevante e que afirma e valoriza a democracia. O sistema de iluminação pública de que falou e que neste momento ainda não existe na rua Eng. Manuel Dinis Pinheiro e também no prolongamento da Av. da Igreja até à Estrada Nacional trezentos e quarenta e dois, vai ser executado em breve.-----



Assembleia Municipal

-----Relativamente às questões relacionadas com a eventual falta de médicos, não temos o cenário ideal, deveríamos ter mais médicos no Concelho mas também o número de médicos que hoje temos no Concelho tem resolvido o nosso problema em termos de capacidade de resposta. Quero aqui neste ponto também recordar que, uma parceria entre o Agrupamento dos Centros de Saúde do Pinhal Interior Norte e a Câmara Municipal, reorganizamos também o sistema de transportes, isto é, o autocarro do Centro de saúde que permite melhorar a acessibilidade de todos os cidadãos aos cuidados de saúde portanto julgo que não será necessário pedir a médicos que venham de Cuba para Portugal e em especial para Arganil, porque julgo que conseguiremos resolver o problema se não no quadro do nosso Concelho, no quadro do nosso País. -----

----- Quanto à questão dos postos de trabalho, senhor Deputado António João Lopes, gostava de lhe dizer que foram criadas três novas empresas de média dimensão no concelho nos últimos nove anos e está neste momento em fase de instalação uma nova empresas na Zona Industrial da Relvinha, gostava de lhe dar nota disso.

----- Quanto ao painel de Jorge Vilaça é uma alegoria ao nosso Foral, não é a capa do nosso Foral, mas sim uma alegoria ao nosso Foral. -----

----- Queria também associar-me às palavras da Senhora Deputada Cristina Figueiredo relativamente ao reconhecimento e passagem à segunda fase do Projecto Beira Serra 2020, a candidatura do GAL ADIBER é uma vitória importante para a região e destaco a coesão que foi possível estabelecer com a ADIBER e os Municípios de Arganil, Góis, Tábua e Oliveira do Hospital.

----- Desta vez ao contrário dos concursos noutros quadros comunitários, tivemos concorrência e portanto foi possível e saudamos isso, a Comissão Intersectorial ter escolhido o GAL ADIBER para passar à fase seguinte e ser esta entidade em conjunto com os Municípios e com todos os Parceiros da Beira Serra a gerir este novo quadro comunitário nas prioridades de investimento que lhe estão destinadas. -----

----- Em relação à questão do Arganil Rock, saudar mais uma vez o trabalho que tem sido feito e o envolvimento destas Associações Juvenis é absolutamente decisivo com o forte apoio da Câmara Municipal. Foi o maior Arganil Rock de sempre e portanto julgo que é algo que devemos continuar a trabalhar no sentido da valorização e promoção da juventude do nosso Concelho.-----

----- Sobre a questão ambiental que também foi objecto de intervenções por parte da Senhora Deputada Carla Rodrigues, do Senhor Deputado Fernando Vale e também do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho da Cortiça, a quem agradeço as suas palavras, de facto há problemas que ainda são preciso resolver mas também acompanho-o na sua reflexão de que não me lembro de alguma vez ter havido tantas obras em conjunto em matéria ambiental e portanto isso é de facto significativo. -----



Assembleia Municipal

-----Estão numa fase final de conclusão, prestes a entrar em funcionamentos as ETARES de Rochel, Sarnadela, Saíl e de Folques. Estão também numa fase muito final de construção as ETARES de Pomares, São Martinho da Cortiça, Vila Cova de Alva e Barril de Alva. -----

-----Estão previstas este ano a ETAR da Cerdeira que já se encontra adjudicada e mais duas previstas, a de Sanguinheda e Pardieiros. -----

-----Relativamente à Zona Industrial da Relvinha, temos vindo a desenvolver contactos com o Governo no sentido de ser possível fazer uma candidatura da ETAR da Zona Industrial da Relvinha ao programa operacional para a sustentabilidade e eficiência no uso de recursos. -----

-----Essas negociações e conversações têm sido ao mais alto nível, nomeadamente com o Senhor Ministro do Ambiente e portanto eu espero em breve poder ter um caminho a seguir, mas, paralelamente, estamos a desenvolver o projecto de execução para que possamos estar absolutamente preparados para quando se abrir uma janela de oportunidades em termos de Fundos Europeus. A questão que referiu dos maus cheiros que de vez em quando acontecem no fundo da ladeira do Sarzedo, também é uma questão técnica que estamos a tentar ultrapassar uma vez que hoje em dia, o efluente doméstico do Sarzedo está a ser canalizado para a ETAR da Alagoa e antes existiam fossas colectivas. -----

-----Agradecer também as palavras do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho da Cortiça relativamente à questão da assinatura hoje dos Contratos-Programa, foi também uma forma simbólica que encontrámos por um lado de viabilizar um conjunto de investimentos de proximidade que são importantes para as populações, mas sobretudo para reconhecer e agradecer o papel inestimável que os Senhores Presidentes de Junta têm tido na construção de um Concelho mais equilibrado, com um desenvolvimento mais harmonioso e mais coeso do ponto de vista territorial e do ponto de vista social. De facto não posso deixar neste momento de mais uma vez reconhecer esse papel de parceria, de interesse e determinação que sempre têm colocado ao serviço das nossas populações. -----

-----Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Sarzedo, colocou aqui duas questões que considero muito importantes, a questão do acidente da Zona Industrial da Relvinha e que utilizou para chamar a atenção de um problema que julgo que tem toda a razão, aquele cruzamento é perigoso, nós já alertámos diversas vezes as Estradas de Portugal, vamos voltar a fazê-lo, é uma obra que terá que ser feita pelas Estradas de Portugal uma vez que é uma Estrada Nacional, mas mais uma vez vamos alertar as Estradas de Portugal para aquilo que tem acontecido, diversos acidentes. -----

-----A questão da demarcação dentro da Zona Industrial depende em exclusivo da Câmara e portanto é algo que também diligenciaremos no sentido da sua resolução. -----



Assembleia Municipal

-----Agradecer as palavras do Senhor Deputado Luís Gomes relativamente à requalificação do Paço Grande e do Largo do Cruzeiro, de facto tem sido feito um investimento significativo no sentido de valorização e preservação do espaço público e melhoria das suas condições de adaptabilidade a funções de natureza económica como é o caso do Mercado Municipal e da Feira Semanal, neste sentido fizemos este investimento que é da maior relevância.-----

-----Relativamente ao Senhor Deputado António João Lopes, referiu-se a muitas questões, não lhe responderei a todas mas naquilo que diz respeito à pesca, dizer-lhe que temos quatro concessões de Pesca Desportiva no Concelho, nomeadamente em Folques, no Alto Ceira, na Ribeira da Mata e na Ribeira de Pomares.-----

-----Antes de passar à segunda fase, não queria deixar de saudar e felicitar o Senhor Deputado Eugénio Fróis pela intervenção e reflexão que hoje aqui nos trouxe.-----

-----A matéria do despovoamento é provavelmente o maior problema que nós temos que enfrentar no Concelho e na região. Tenho dito muitas vezes que este problema tem soluções locais mas depende muito de uma solução nacional. Podemos todos debater os problemas das soluções locais para travar o despovoamento e estamos absolutamente de acordo relativamente àquilo que é a primeira das condições para travar o despovoamento, é mesmo a criação de emprego, não tenho nenhuma dúvida sobre isto.-----

-----É verdade que temos tido este declínio populacional, queria acrescentar aos números que trouxe, que entre dois mil e um e dois mil e onze perdemos mil e quinhentas pessoas, das quais mil e cem se justificam pelo saldo natural, ou seja, tivemos oitocentos nascimentos e tivemos mil e novecentos óbitos. É verdade que o Concelho do ponto de vista que é mobilidade diária, somos aquele que estamos com melhor número, ou seja, o que é normal é saírem mais pessoas para trabalhar do que aquelas que entram e nós temos cerca de mil pessoas que todos os dias entram no Concelho para trabalhar e temos cerca de mil pessoas que todos os dias saem do Concelho para trabalhar. Eu julgo, e era essa a nota que gostaria aqui de dar, porque de facto há um conjunto de indicadores que colocam duzentos Concelhos do País que perderam população entre dois mil e um e dois mil e onze.-----

-----A questão que eu coloquei há pouco é que se tem que colocar no Plano Local de que forma é que nós podemos ir um pouco mais longe no combate a este problema, mas também claramente no Plano Nacional. Enquanto não houver uma estratégia nacional para a baixa densidade e aqui saúdo aquilo que tem sido as opções do Governo, nomeadamente em matéria de fundos comunitários em que há um mapa de baixa densidade e há um incentivo para as empresas que se venham instalar no interior. Mas que se venham instalar de facto, não apenas ter cá a sede. Mas há de facto um a fazer a nível nacional, que poderá passar eventualmente numa cobrança dos impostos, que poderá passar



Assembleia Municipal

por um apoio nomeadamente em matéria de natalidade e essas questões estão em ordem do dia em discussão no parlamento e portanto eu julgo, se assim o entenderem, da nossa parte, da Câmara municipal há toda a disponibilidade para fazer um amplo debate público, uma conferência, ou este ponto ser agendado se o Senhor Presidente assim o entender como ponto de uma ordem de trabalhos de uma Assembleia Municipal, porque julgo que todos os contributos venham eles de onde vierem, são fundamentais para combater aquele que é o nosso maior problema.-----

----- Agora falaria um bocadinho da questão do Portugal 2020 e dos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, no fundo procurando fazer um ponto de situação.-----

----- O Portugal 2020 abre um conjunto de perspectivas para as autarquias, para as empresas, para as instituições, deve ser realçado o facto de as empresas terem um volume financeiro muito significativo. Há uma grande parte do bolo que Portugal vai receber os cerca de vinte e cinco, vinte seis mil milhões de euros nos próximos sete anos, é destinado há economia.-----

----- A Câmara Municipal pode beneficiar de fundos europeus fora dos investimentos territorialmente integrados que darão depois origem ao Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial em algumas matérias, mas aquilo que é parte mais significativa e mais relevante para a parte da Estratégia Inter-Municipal da Região de Coimbra nos Investimentos Territoriais Integrados que darão origem como disse, à assinatura para o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial que é um modelo de contratualização entre a Comunidade Inter-Municipal da Região de Coimbra, de um conjunto de investimentos e prioridades de investimento com as autoridades de gestão. Quer seja neste caso concreto o Centro 2020 que é o Programa Operacional da Região Centro, quer seja o POSEUR que é um Programa Nacional Temático, Programa Nacional para a Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos. Existem depois outros programas nacionais temáticos, como seja o Programa Operacional para a Inclusão Social e Emprego, Programa Operacional para a Competitividade e Internacionalização, Programa Operacional para o Capital Humano isto para além do Plano de Desenvolvimento Rural 2020.-----

----- Depois da construção da estratégia de desenvolvimento da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra e que não é apenas a estratégia dos Municípios, pretende ser uma estratégia para todo o território, de todos os seus agentes, de todos os seus stakeholders, estamos a desenvolver estratégias específicas em cada uma das áreas que são prioridades de investimento e que serão contratualizáveis no âmbito do Portugal 2020.-----

----- Na área da Educação temos duas prioridades de investimento, temos uma destinada e dedicada àquilo que é o combate ao abandono escolar e ao insucesso escolar, é de natureza imaterial, aponta no sentido de serem desenvolvidas ações em conjunto com as escolas, com os agrupamentos de escolas, com a comunidade no sentido de fazer baixar o abandono escolar e



Assembleia Municipal

também combater o insucesso escolar e portanto estamos a falar de uma deportação financeira para a região Centro de Cinquenta milhões de euros, a Comunidade Inter-Municipal está a preparar uma candidatura conjunta e Supra-Municipal para esta prioridade de investimento. -----

----- Temos outra prioridade de investimento que é requalificação, isto é, não é permitido obras novas. Requalificação de equipamentos escolares, sobretudo a prioridade é os Jardins de Infância. Nós estamos a preparar uma candidatura para a requalificação da escola EB1 e Jardim de Infância do Sarzedo. A dotação orçamental para a região centro também são os cerca de cinquenta milhões de euros o que de facto é manifestamente insuficiente para o conjunto de necessidades que existem em toda a região. Dar-vos apenas um número, na região de Coimbra temos sinalizados investimentos na ordem dos dezassete milhões de euros, portanto não será fácil dispor de todo o dinheiro necessário para fazer o conjunto de intervenções que estamos a programar no âmbito da Comunidade Inter-Municipal, mas no Concelho de Arganil é esse o investimento que queremos realizar no âmbito do Portugal 2020. -----

----- No domínio dos Equipamentos sociais e de Saúde está também previsto que haja contratualização ao nível dos ITI (Investimentos Territoriais Integrados) estão disponíveis trinta milhões de euros para a área social e cerca de dez milhões de euros para a área da saúde. -----

----- Na área social aquilo que a Comissão de Coordenação e de Desenvolvimento Regional do Centro assumiu com a Comissão Europeia foi a realização de cerca de cem intervenções na Região Centro, estamos a falar de uma intervenção média de trezentos mil euros, também não é admissível obra nova, apenas requalificação e eventual ampliação de valências existentes e aqui o problema é ainda mais grave do que aquele que temos na área dos equipamentos escolares. Temos sinalizado, depois do levantamento que fizemos em cada um dos Municípios, setenta milhões de euros de intenções de investimento só para a região de Coimbra, recorde que só há trinta milhões para toda a Região Centro. -----

----- É uma matéria que está sujeita a um mapeamento por parte da Segurança Social e depois terá que haver um entendimento entre a Comunidade Intermunicipal, a Segurança Social e a própria CCDR no sentido de definir quais são os investimentos que aqui vão figurar, que são equipamentos tipicamente das Instituições Particulares de Solidariedade Social e das Misericórdias e que estão sinalizados. Dar também um número que cerca no Concelho as intenções de investimento é de cerca de oito milhões de euros. -----

----- Na área da Saúde também há este mapeamento por parte da Administração Regional de Saúde do Centro e que também tem a ver com a requalificação de Equipamentos de Saúde designadamente ao nível dos cuidados primários e das Unidades de Saúde Familiar e é admissível



Assembleia Municipal

também a aquisição e isso é apenas no Centro 2020 e no PO do Alentejo a aquisição de Unidades Móveis de Saúde, mas aqui a verba ainda é mais pequena, são cerca de dez milhões de euros. -----

----- Ao nível da Eficiência Energética foi pedido às Câmaras Municipais que nos indicassem, para além das questões relacionadas com a iluminação pública que fossem indicados um conjunto de infra-estruturas, equipamentos públicos que pudessem ser susceptíveis de intervenções ao nível da eficiência energética para reduzir a factura energética, foram estudados cerca de cento e dezassete equipamentos na região de Coimbra, a Câmara Municipal para além do edifício da Câmara também indicou a Biblioteca Municipal, as captações e as estações elevatórias, curiosamente são aquelas que apresentam mais despesa e portanto estamos numa fase de decidir quais são os equipamentos onde se vai intervir e eu diria que teremos aqui no Concelho cerca de, em apoio comunitário, podemos aspirar a ter qualquer coisa como trezentos mil euros que estamos a prever direccionar muito na melhoria da eficiência energética do edifício do município e veremos ainda se teremos que intervir noutros espaços. -----

----- Ao nível da Modernização Administrativa é um projecto de natureza supra-municipal, é um projecto muito ambicioso, foi feito um diagnóstico pela Deloitte da situação em termos tecnológicos do Concelho, é com grande satisfação que o Concelho de Arganil está posicionado em primeiro lugar como aquele que tem melhores condições para avançar para um modelo de serviços on-line transaccionais e portanto estamos na Position para este Projecto Intermunicipal que terá três fases, uma primeira fase de nivelamento das respostas ao nível do atendimento nas autarquias, com o desenvolvimento dos serviços on-line transaccionais em que é possível fazer pagamento, interagir por via digital com os serviços, naturalmente que não ignoramos um problema que existe, que é o problema da iliteracia digital e portanto está previsto paralelamente a esta construção e nivelamento daquilo que é o atendimento intermunicipal, está previsto o atendimento digital assistido à semelhança do modelo que vai ser utilizado ao nível dos espaços do cidadão. Depois teremos uma fase intermédia, uma fase híbrida em que teremos simultaneamente um modelo municipal e um modelo intermunicipal porque o objectivo final que é a terceira fase, é termos um balcão intermunicipal que permita às pessoas que estão em Arganil poderem submeter um processo de licenciamento por exemplo na Pampilhosa da Serra ou às pessoas que estão na Figueira da Foz poderem pedir uma licença de ocupação da via pública em Coimbra. O Objectivo é este, concretizado este objectivo teremos ao nível da Modernização Administrativa um caso de sucesso no País e colocar-nos-á, à região de Coimbra, no topo daquilo que se faz em melhores práticas em termos de Modernização Administrativa em Portugal. -----

Temos depois ainda as prioridades de investimento, oito, três e oito, oito, estas estão destinadas àquilo que é a criação do próprio emprego e do Empreendedorismo, as empresas podem obter



Assembleia Municipal

subsídios não reembolsáveis através de candidaturas a estas prioridades de investimento. Até cem mil euros será gerido pelo GAL, pelo DLBC – ADIBER, entre cem mil e duzentos e trinta e cinco pela Comunidade Intermunicipal e depois a partir daí serão candidaturas aos Sistemas de Incentivos do Centro 2020 com a noção clara de que a partir dos duzentos e trinta e cinco mil euros deixamos de ter subsídios não reembolsáveis e passamos a ter subsídios reembolsáveis em que a regra é oito anos. Os dois primeiros de carência e depois é um empréstimo sem juros mas que tem que ser amortizado ao longo dos oito anos.-----

----- Temos também a prioridade de investimento nove ponto um que diz respeito há Inclusão Ativa designadamente aos Projetos relacionados com o envelhecimento activo e depois temos ainda no âmbito do relacionamento com o Centro 2020 a valorização do Património Cultural e Natural que tem integrada nesta prioridade de investimento aquilo que são investimentos sujeitos a mapeamento por parte da Direção Geral do Património e Cultural e da Direcção Regional da Cultura do Centro, investimentos no Património da Humanidade, Património Classificado. Nesse contexto, numa lista preliminar a que tivemos acesso, a capela de S. Pedro estava prevista com investimento sinalizado na ordem dos trezentos mil euros e depois temos também, e isso está a ser construído no seio da Comunidade Intermunicipal, temos o nosso Plano Intermunicipal de Desenvolvimento Turístico que tem um conjunto de investimentos previstos sobretudo de natureza imaterial de forma a fortalecer, solidificar e consolidar a nossa identidade regional. -----

----- Finalmente no âmbito daquilo que é o domínio temático da sustentabilidade e eficiência no uso de recursos há duas prioridades de investimento que também são contratualizáveis, uma tem a ver com as alterações climáticas, estamos a trabalhar no sentido de desenvolver um Plano Intermunicipal para as alterações climáticas em três vertentes. A vertente dos incêndios florestais, a vertente das cheias e a vertente da erosão costeira. -----

----- A prioridade cinco ponto dois diz respeito mais aos centros de resposta às catástrofes e aqui o Senhor Deputado António João Lopes há pouco falava do aeródromo de Coja era um dos projectos que nós gostaríamos de levar a cabo no seio desta prioridade de investimento mas o dinheiro que está disponível no UTI é manifestamente insuficiente, vamos procurar ver se existe outra via para podermos alcançar o objectivo, portanto Senhor Presidente peço desculpa por ter sido um pouco fastidioso, mas julgo que dei o ponto de situação relativamente a esta matéria”. -----

----- Usou da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Avelino Pedroso** para dizer “desde já a mesa da Assembleia aceita o repto de ser agendada uma sessão dedicada a esta questão da desertificação e dos meios disponíveis para inverter estes ciclo, aliás foi demonstrado de um modo geral por todas as bancadas embora alguns com mais veemência, porque é um tema muito candente,



Assembleia Municipal

é uma oportunidade e uma actualidade. Acho que temos que agarrar este desafio e desde já pedia à Câmara Municipal para o apoio logístico e documental necessário para esta temática e também aos senhores Deputados que nos fizessem chegar, dado que temos aqui várias áreas e vários saberes, os vossos aportes no sentido de fazermos efectivamente uma Assembleia que vá de encontro a estas preocupações gravíssimas, porque se nada fizermos corremos o risco de sucumbir, não digo desta forma tão catastrófica mas passaremos a ter uma pior qualidade de vida ainda nestes territórios”. -----

----- Foi dada a palavra ao **Senhor Deputado Fernando Vale** para expressar “Senhor Presidente da Assembleia, se me permitir queria aqui aflorar uma questão que não me lembrei de aflorar há pouco e tem a ver com o transporte não urgente de doentes que está a criar um mau estar entre instituições. -----

Há ocorrências, nomeadamente incêndios florestais que podem tomar proporções graves, pois existe relutância do Corpo Voluntario de Bombeiros e friso Corpo Voluntário, os bombeiros que fazem parte da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Coja, Vila Nova de Oliveirinha, Lagares da Beira em responder à chamada para intervenções de combate a ocorrências no espaço de actuação dos Bombeiros Voluntários de Arganil. -----

----- Chamo a atenção para a gravidade desta situação, solicitando uma intervenção da Câmara Municipal de Arganil para redimir e resolver esta situação uma vez que é um problema que extravasou para o âmbito da Protecção Civil”. -----

----- Usou da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Avelino Pedroso**, para comunicar “peço desculpa, vou ter de intervir na medida em que não são essas as minhas funções aqui, mas sou a mesma pessoa e nesse sentido, em termos dos órgãos de gestão do Agrupamento dos Centros de Saúde do Pinhal Interior Norte há toda a disponibilidade para reunir com as corporações, já tem sido feito com outros Municípios, Oliveira do Hospital, Tábua, etc no sentido de analisar as questões que estão sobre a mesa. Existe essa disponibilidade, também se fará chegar junto da ARS para algum esclarecimento. Desculpem esta minha intervenção mas como estou ligado à área impunha-se dizer isto”. -----

----- Foi dada a palavra ao Executivo na pessoa do **Senhor Presidente da Câmara, Ricardo Pereira Alves**, que usou da palavra para proferir “respondendo à questão do Senhor Deputado Fernando Vale e também o acompanhando na sua preocupação, a Câmara Municipal tem estabelecido diálogo com os Bombeiros Voluntários de Coja, com os Bombeiros Voluntários de Arganil, com a Administração Regional de Saúde e também com a Federação dos Bombeiros do



Assembleia Municipal

Distrito de Coimbra e estamos neste momento a vermos já uma concordância de principio relativamente a esta matéria, nomeadamente no que diz respeito aos corpos de bombeiros, vamos procurar junto da ARS que ela possa ser exequível e portanto reunir em breve com a ARS para que esta questão possa ficar ultrapassada porque de facto é uma questão que nos preocupa. Isto diz respeito à questão dos doentes urgentes.-----

-----Relativamente há questão da Protecção Civil estar em causa, eu vi e julgo que seria essa a notícia que o Senhor Deputado Fernando Vale se estava a referir, umas declarações de que poderia estar em causa a capacidade de resposta em termos de Protecção Civil no Concelho de Arganil.-----

-----Por um lado não reconheço a quem proferiu essas afirmações, nenhuma legitimidade uma vez que se trata de outro Concelho para se referir àquilo que se passa dentro do Concelho de Arganil, por outro lado, como responsável máximo da Protecção Civil do Concelho e naturalmente que fala e dialoga com todas as outras forças que integram o nosso sistema de Protecção Civil designadamente os Corpos de Bombeiros, estou em condições de garantir de que não haverá em nenhuma circunstância qualquer constrangimento ou qualquer perturbação daquilo que é resposta às catástrofes e naturalmente aos incêndios florestais por parte dos Bombeiros Voluntários de Arganil e dos Bombeiros Voluntários de Coja que tão bem têm servido o nosso Concelho e com tanta eficiência e tanta eficácia nos últimos anos e continuarão a fazê-lo da mesma forma”.-----

-----Teve a palavra a **Senhora Deputada Ana Rita**, para expressar “ Senhor Presidente, eu só queria relembrar caso isto seja possível, e isto no seguimento das possíveis candidaturas ao Programa 2020 e no que se refere à educação, para verificar se nalgum desses projectos há algum ponto na área da deficiência e que é um ponto importante para podermos tomar medidas na área da deficiência principalmente no concelho, que é uma área que cada vez mais está a levar por tabela e que necessita muito de medidas e de ajuda principalmente. Se fizermos uma análise no que se refere ao contexto socioeconómico destas famílias, são sempre as famílias mais carenciadas e é importante tanto a escola, como o Município, terem alguma atenção neste tipo de alunos com Necessidades Educativas Especiais”.-----

ORDEM DO DIA-----



Assembleia Municipal

1) Apreciação e votação da alteração ao Contrato Programa nº 26/2014, celebrado com a Junta de Freguesia de Pomares. Apoio à execução de trabalhos junto ao Campo de Futebol. -----

Não havendo pedidos para intervir, o **Senhor Presidente da Assembleia**, colocou à votação o contrato programa tendo sido aprovado por unanimidade. -----

Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro. -----

2) Apreciação e votação do Contrato Programa com a Freguesia de Folques. Apoio Financeiro para a comparticipação na construção de muro de suporte à estrada do Bocado.-----

----- Não havendo pedidos para intervir, o **Senhor Presidente da Assembleia**, colocou à votação o contrato programa tendo sido aprovado por unanimidade. -----

----- Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro. -----

3)-Apreciação e votação da Adenda ao Contrato de delegação de competências com a União de Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra, relacionada com a entrega da gestão de Sistemas de abastecimento de águas. -----

----- Pede a palavra a **Senhora Deputada, Arménia Coimbra**, que começou por cumprimentar todos os presentes para de seguida referir “eu vou-me abster neste ponto. É o seguinte, nos considerandos é dito que o Decreto-lei cento e noventa e quatro barra dois mil e nove, estabelece um regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água. No número dois dos considerandos diz que ficam sujeitos ao regime transitório previsto no artigo setenta e oito, as situações de prestações de serviço de águas e de resíduos por Freguesias ou Associações de utilizadores num prazo máximo de cinco anos que expirou em um de Janeiro de dois mil e quinze. -----

----- No ponto três diz que cumprindo estas exigências legais, as quais determinam a extinção dos sistemas de abastecimento por parte das Juntas de Freguesia e das Associações de utilizadores, importa ter presente essa diploma legal.-----



Assembleia Municipal

----- No quarto diz que a União de Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra diz, já manifestou a intenção de ceder ao Município. -----

----- No número cinco diz, vem ao abrigo da lei setenta e cinco barra dois mil e treze apresentar-se esta proposta do contrato de Delegação de Competências. -----

----- Eu tenho sérias dúvidas legais e mais nada, não são políticas, provavelmente do ponto de vista político poderia ter outro entendimento, mas eu tenho sérias dúvidas quanto à regularidade do cumprimento do que está estabelecido no decreto-lei cento e noventa e quatro barra dois mil e nove com esta delegação de competências, agora às Juntas de Freguesia, porque este diploma impõem que até Janeiro de dois mil e quinze, que o abastecimento de água é uma atribuição só do Município e que ele deve prosseguir-la através dos meios de gestão previstas no artigo sétimo do próprio diploma legal e este Decreto-lei veda a possibilidade desta gestão vir a ser delegada. Eu tenho sérias dúvidas, vou-me abster, não queria votar contra, não queria provavelmente que este diploma legal fosse neste sentido, eu gostaria que os Municípios todos tivessem atempadamente nos cinco anos, encontrada uma outra forma legal de reagir. Eu coloco à disposição do Município um estudo jurídico que oportunamente fiz sobre a questão e por ter algumas dúvidas e reservas legais abstenho-me”. -----

----- Foi dada a palavra ao **Senhor Presidente do Executivo, Ricardo Pereira Alves**, que usou da palavra para referir “naturalmente que não sou jurista e portanto não discutirei com a Senhora Deputada que naturalmente nesta área tem todo o conhecimento para ajuizar a sua opinião e não pretendo discutir a questão em termos jurídicos. -----

----- Apenas dizer o seguinte, sem a lei setenta e cinco barra dois mil e treze era taxativamente assim, teria que haver uma entrega. Com a lei setenta e cinco barra dois mil e treze e o entendimento da ERSAR e tem sido essa a recomendação que fez a um conjunto de Municípios, nomeadamente o nosso é que com as Freguesias é possível haver uma entrega do sistema e haver em seguida uma Delegação de Competências. -----

----- Foi isso que fizemos no caso da Freguesia da Benfeita na última Assembleia Municipal é isso que estamos hoje a propor que se faça relativamente à União de Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra”. -----



Assembleia Municipal

-----Pedi a palavra o **Senhor Presidente da União de Freguesias de Coja e Barril de Alva, Luís Moura**, para dizer “em parte o Senhor Presidente da Câmara já esclareceu a Assembleia no aspecto, da clarificação que foi feita pela ERSAR em relação à legislação de setenta e cinco, dois mil e treze que altera substancialmente o decreto-lei que impunha às Juntas de Freguesia a entrega dos subsistemas de abastecimento de água às Câmaras Municipais. Segundo o entendimento da ERSAR, e aqui quero apenas corrigir aquilo que foi dito pelo Senhor Presidente da Câmara, não há uma entrega imperativa e necessária dos sistemas de abastecimento às Câmaras Municipais, o que há é uma intenção de Protocolo de cedência salvaguardando as propriedades das populações e das Juntas de Freguesia em que poderão chegar a um acordo com as Câmaras Municipais no sentido de fazerem a entrega definitiva dos seus sistemas contra recebimentos de contrapartidas e é nesse pressuposto que eu entendo que este Protocolo que é celebrado com a União de Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra, respeita em parte a lei e não condiciona se quer que o sistema ao ser passado para a Câmara Municipal esteja a infringir aquilo que é uma ilegalidade.-----

-----No entanto eu já tenho alguma dúvida quando se refere no Protocolo, que os subsistemas existentes na União de Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra são transmissíveis através da Junta de Freguesia, eu já tenho algumas dúvidas, portanto nesse pressuposto eu também me vou abster nesta votação”.-----

-----Depois de feitos todos os esclarecimentos, o **Senhor Presidente da Assembleia**, colocou à votação tendo sido aprovado por maioria, com três abstenções. A abstenção da Senhora Deputada Arménia Coimbra, do Senhor Deputado Eugénio Fróis e do Senhor Presidente da União de Freguesias de Coja e Barril de Alva.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do número três do artigo cinquenta e sete da Lei setenta e cinco barra dois mil e treze de doze de Setembro.-----

4)-Apreciação e votação da alteração ao Regulamento Municipal sobre Toponímia e Numeração de Polícia.



Assembleia Municipal

----Pedi a palavra o **Senhor Presidente da Câmara, Ricardo Pereira Alves** para fazer alguns esclarecimentos, “no fundo é prolongar até ao final do ano a atribuição oficiosa de modo a resolver alguns problemas que ainda subsistem, procurando evitar este trabalho para evitar que depois haja aqueles problemas que depois tivemos nota há algum tempo atrás relativamente à entrega da correspondência postal por parte dos CTT”.-----

----Foi dada a palavra ao **Senhor Deputado Eugénio Fróis** apenas para fazer duas notas, a primeira diz respeito à proposta de alteração do Regulamento Municipal sobre Toponímia e parece-me mais simples e irei imediatamente a ela.-----

É o ponto treze no final, devo dizer que o documento me parece abrangente, consensual e de bom senso, mas relativamente aqui ao artigo treze, tenho alguma dúvida. Diz assim, “as alterações que se verifiquem na denominação das vias municipais...” a questão é, o que é que devemos entender por vias municipais. Por exemplo um troço numa pequena localidade, é também uma via municipal, considera uma via municipal?”-----

----Clarificou o **Senhor Presidente da Câmara, Ricardo Pereira Alves** referindo, “a alteração é só no artigo décimo A, isso é o que está no regulamento em vigor”.-----

----O **Senhor Deputado Eugénio Fróis** refere que “a dúvida pode ficar para posteriormente clarificarmos isto, porque me parece que tem algum interesse esta questão. O domicílio é fundamental, a denominação da rua também, eu sei que isto está bem previsto, mas eu por exemplo trabalho em Coja num local que tem três designações, Rua da casa do Povo, Estrada Principal e Francisco de Almeida Filipe. Portanto todos nós temos endereços com muitos anos e isto tem que ser perfeitamente claro para não restarem dúvidas mas relativamente a esta matéria estamos esclarecidos.-----

----Eu queria ainda sobre a Toponímia fazer um comentário que é o seguinte, eu verifico aqui de uma forma precisa, todas as situações, os números de polícia, a cor dos números de polícia, a colocação dos mesmos, quem é responsável por, etc, etc, etc, parece-me bem, mas relativamente a quem atribui ou quem propõe a atribuição do número da rua isso não está.-----

----Eu tive o cuidado de ler a acta da Câmara e verifiquei que o vereador Miguel Ventura propôs que fosse activado uma comissão de Toponímia, li isso. Agora eu penso o seguinte, isso deve ser feito porque tenho presente uma leitura de uma reunião de Câmara recente, com um ano, onde um município que deu uma faixa de terreno para um arruamento ou para um largo, considerou oportuno e necessário e de bom-tom, que o seu nome fosse dado a esse arruamento ou a esse largo. Eu não



Assembleia Municipal

tenho nada contra a justeza nem a bondade da deliberação, agora eu penso que temos que ter um filtro e algum rigor nesta atribuição se não correremos o risco de banalizarmos com o nosso facilitismo esta atitude e por conseguinte, a razão desta minha intervenção vai no sentido de efectivamente criarmos regras para que haja este filtro. -----

----As regras, falo de memória, podem ser um pequeno currículo dessa pessoa fazendo um historial de qual foi a sua intervenção a favor da comunidade, porque se o não fizermos, correremos o risco da possibilidade de inúmeros munícipes acharem que têm direito também a essa distinção e a essa honra. Penso que isto é importante e procurei explicar porquê”. -----

----Foi dada a palavra ao **Senhor Presidente do Executivo, Ricardo Pereira Alves** para proferir “essa situação que referiu e de facto aconteceu é uma total excepção àquilo que tem sido a regra, mas não foi atendida essa proposta porque, como é que as coisas decorrem?-----

----A Assembleia de Freguesia dá sempre um parecer à Câmara sobre aquilo que são as propostas de atribuição para a Toponímia e a Câmara Municipal é que decide. Não é a Câmara Municipal só por si que decide, só decide ouvindo primeiro o parecer das Assembleias de Freguesia, portanto a regra e como disse é a proposta ter origem nas próprias Freguesias, não há de facto outro caminho se não este. Inclusive nessa situação que referiu, a Câmara depois de ter recebido essa proposta, remeteu à junta de freguesia para se pronunciar e depois tomou a sua decisão mediante também esse parecer e também o nosso entendimento.-----

----Já dissemos e é também nosso compromisso que nos parece uma boa proposta, a proposta apresentada pelo Senhor Vereador Miguel Ventura, já tivemos em tempos uma comissão de Toponímia para a Vila de Arganil, esta Comissão de Toponímia poderia ter naturalmente uma abrangência Concelhia e portanto é esse o caminho que vamos propor de forma a garantir ainda mais a criação de mais uma entidade que analise as propostas que temos para decidir”. -----

-----Depois de feitos todos os esclarecimentos, o **Senhor Presidente da Assembleia**, colocou à votação tendo sido aprovado por unanimidade. -----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro. -----

5)-Discussão e votação dos documentos de prestação de contas relativos ao período de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2014. -----



Assembleia Municipal

----Foi dada a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Ricardo Pereira Alves**, para fazer uma breve apresentação do ponto cinco. “Vou ser muito breve, o relatório de gestão foi disponibilizado porque foi a nossa discussão na Câmara Municipal sobre este documento. Muito rapidamente vou-me referir ao Relatório de Gestão e àqueles aspectos que reputamos de essenciais aqui abordar. Ao nível dos recursos humanos o Município teve uma evolução de revolução clara do número de trabalhadores, em dois mil e cinco existiam duzentos e sessenta e dois, hoje são cento e oitenta e oito, portando há aqui um decréscimo de vinte e oito vírgula dois por cento, a taxa de absentismo em dois mil e catorze situou-se nos onze virgula dezassete por cento, foram desenvolvidas cinco mil seiscentas e quarenta e três horas e meia de formação por iniciativa da Câmara Municipal e para além disso houve cento e sessenta horas de formação em regime de auto-formação.-----

----Naquilo que diz respeito ao domínio da execução orçamental, temos uma receita de doze milhões, cento e vinte seis mil quatrocentos e noventa e sete euros e dois cêntimos que corresponde a uma execução orçamental de oitenta e um vírgula sete por cento naquilo que diz respeito à despesa corrente foram cento e quatro vinte cinco por cento, na capital vinte e três virgula oitenta e dois. Ao nível da despesa, a despesa corrente registou uma execução de oitenta e oito vírgula sessenta e um por cento e a despesa de capital cinquenta e dois virgula oitenta e três por cento. -----

----A despesa na sua globalidade que atingiu dez milhões novecentos e sessenta e oito mil oitocentos e sessenta e nove euros e noventa e oito cêntimos, tem uma taxa de execução de setenta e três vírgula nove por cento. -----

----Ao nível do equilíbrio orçamental cumpre-se o princípio do equilíbrio orçamental uma vez que a receita corrente cobriu toda a despesa corrente tendo ainda sido possível libertar para despesa de capital, ou seja, a poupança corrente, dois milhões cento e setenta e nove mil e cinquenta e nove euros e noventa e quatro cêntimos que é um valor superior em cerca de duzentos e cinquenta mil euros àquilo que era o valor de dois mil e treze. A execução das grandes opções do plano situa-se nos sessenta e um vírgula setenta e sete por cento. No que diz respeito ao apoio às freguesias, contabilizando pessoal, acordos de execução, contratos-programa e outro tipo de apoios situa-se muito próximo de um milhão de euros, são novecentos e quarenta e oito mil novecentos e setenta e sete euros e sete cêntimos. -----

Naquilo que diz respeito ao saldo da conta de gerência temos um milhão, quinhentos e sessenta e oito mil duzentos e três euros e quarenta cêntimos assim repartidos para operações orçamentais, um milhão cento e oitenta e seis mil setecentos e oitenta e três euros e quinze cêntimos e no que diz respeito a operações de tesouraria, trezentos e oitenta e um mil quatrocentos e vinte euros e vinte cinco cêntimos. -----



Assembleia Municipal

----No que diz respeito à dívida e ao endividamento líquido, recordamos que a dívida em dois mil e cinco se situava nos sete milhões oitocentos e quatro mil euros, em dois mil e catorze era de cinco milhões oitocentos e noventa mil quatrocentos e trinta e sete euros e é bom assinalar que na sequência do acordo que se estabeleceu com a ADSE foi necessário integrar toda a dívida à ADSE, portanto estamos a falar aqui de quatrocentos e oitenta mil euros que agora ficam registados em termos contabilísticos e portanto temos uma redução da dívida de dois mil e cinco para dois mil catorze perto de vinte cinco por cento. -----

----Ao nível do endividamento líquido passámos de sete milhões quatrocentos e setenta e quatro mil euros em dois mil e cinco para cerca de quatro milhões e cem mil euros em dois mil e catorze portanto há uma redução ao nível do endividamento líquido de quarenta e cinco vírgula um por cento o que é um número muito significativo.-----

----Em traços gerais, Senhor Presidente, era esta a apresentação que queria fazer estando agora obviamente disponível para as questões que queiram colocar, muito obrigado”. -----

----Teve a palavra a **Senhora Deputada Arménia Coimbra** que começou por referir “Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores e Senhores Deputados, hoje é dia de contraditórios, já aqui foi dito e repetido, hoje é dia Vinte Cinco de Abril e mesmo que os nossos sonhos tivessem sido naquela manhã de Abril mais amplos, mais limpos do que aquilo que nós fomos Luís Gomes, nestes quarenta e um anos, nós que vivemos Abril na juventude e que esses sonhos tivessem sido até mais amplos do que hoje, nós não deixamos ainda de sonhar, ainda aqui estamos apesar destes quarenta e um anos. Não como profissionais, mas como interventores cívicos que somos. E nós habituámo-nos naqueles anos tão cheios, tão rápidos que foram, a aprender a ser livres como hoje todos o somos. Nós, os nossos filhos e já os nossos netos, os nossos filhos estão aqui representados no Senhor Presidente da Câmara que foi um dos mais jovens autarcas deste país. E só os optimistas como nós e não os pessimistas como alguns, continuamos a sonhar Abril como um direito, como um dever e como um direito que à que chegar mais longe, como um dever porque à que compreender porque é que ainda não chegámos mais longe e estamos aqui a analisar e a discutir estes documentos importantes no nosso Município e por isso é que eu digo que ir mais longe é que pensar Abril, é que alcançar um País mais próspero e um Concelho mais justo.-----

----Nós bem sabemos que não temos como povo nem como País uma varinha mágica, também já aqui hoje foi dito por alguns, para produzir riqueza que elimine as injustiças, mas temos o dever imperativo de nos esforçarmos todos, também já aqui foi dito hoje, para continuar a construir essa varinha mágica porque somos todos seres humanos inteligentes, mesmo que para isso tenhamos que



Assembleia Municipal

por de parte alguma inércia e alguma demagogia e o meu apelo vai ao encontro do tom desta Assembleia de hoje. Vamos pensar colectivamente num futuro para Arganil, vamos abraçar o desafio aqui lançado por vários intervenientes de uma Assembleia extraordinária, de um debate público, podemos chamar, pensemos colectivamente no futuro de Abril e no futuro de Arganil, digo.-----

----Isto porque estes documentos, com o meu senso comum e não de economista analisei, permitem-me dizer ao Senhor Presidente enquanto presidente de uma maioria que a liberdade de Abril elegeu legitimamente, é no meu entender, é um documento que não me assegura o futuro de Arganil, é um documento, quer o Relatório de Gestão quer das grandes opções do Plano que já foram apresentadas para dois mil e quinze e comparando as duas a dois mil e catorze, que não me assegura e não me estimula neste futuro.-----

----Eu faço um balanço deste primeiro ano da actividade autarca do Município de Arganil e faço através destes documentos escritos e constato que o discurso que aqui ouvi hoje do Senhor Presidente com muito agrado e que recebeu muitos elogios provavelmente merecidos, não tem por vezes tradução nos documentos escritos que eu leio e que me deixam aquém das minhas ambições.

----Eu não digo que o Senhor Presidente hoje, como disse até, se considerou fastidioso, não, eu gostei de o ouvir, mas acho que há uma grande diferença entre estes dois documentos e eu vejo Arganil no “mapa”, porque eu vejo que Arganil aparece muitas vezes nos jornais da região, mas eu pergunto e interrogo-me, ao folhear os jornais da região, se Arganil aparece no mapa porque a actividade económica do Concelho cresceu, se o número de residentes aumentou ou se foram atraídos por pólos económicos de atracção ou se aqui se instalaram pólos de atracção turística ou empresas do sector agro-pecuário, agro-florestal ou de tecnologia e o que eu vejo é que Arganil aparece no mapa porque é sempre notícia. Tem uma boa imagem sem dúvida, as pessoas que aqui estão são pessoas, não duvido empenhadas, cordiais e por isso passam uma boa imagem, eu interrogo se têm algum projecto de futuro para Arganil e através dessa leitura que faço dos jornais, eu vejo um lançamento de um livro quando algum residente ou oriundo do Concelho toma a iniciativa e ainda bem, quando as Freguesias fazem a sua feira de gastronomia, são notícia e limito a ver que para além disso, pouco mais é noticiado, não obstante o discurso oral hoje do Senhor Presidente, ser um discurso estimulante. Relembro com orgulho algumas notícias do último ano, dois mil e catorze quando foram destacadas na imprensa, os resultados extraordinários dos alunos das nossas escolas e orgulhei-me disso e considero que isto foi um mérito dos seus próprios elogiados, dos seus docentes e discentes.-----

----Mas eu gostaria de elogiar este Relatório de Gestão dois mil e catorze, eu sei que aqui já foram feitos alguns elogios à actividade municipal, provavelmente bem, alguns dos Senhores Deputados, as intervenções da Elisabete Oliveira, sem dúvida, pelo Arganil Rock de Arganil que eu tive oportunidade



Assembleia Municipal

de constatar, que soube de jovens que vieram aqui e nunca viriam e que me admirei que viessem, mas Senhor Presidente eu deixo os elogios aos seus Deputados e permita-me que eu analise estes documentos e lhe diga que em Dezembro de dois mil e catorze V. Ex^a escreveu ou assinou na nota de abertura das grandes opções do Plano e do Orçamento como prioridades estratégicas para dois mil e quinze três itens: o reforço da coesão social, a realização de investimentos de proximidade a aposta na competitividade e desenvolvimento económico do Concelho, aliás as estes três itens, chamou-lhe compromissos assumidos com os arganilenses são os mesmos que estão agora inscritos para o relatório das grandes opções dois mil e quinze com algumas nuances, na coesão social introduziu agora a matéria da acção social escolar o que nós louvamos, nós socialistas, da decisão do Município de prescindir dos cinco por cento do IRS cobrado que nós também louvamos, nós socialistas e mantêm-se os investimentos de proximidade com maior qualidade de vida e a competitividade. -----

Nós não discutimos que a coesão social que se alcança com medidas de justiça fiscal que a tributação deve ser um instrumento solidário e redistributivo e também não discutimos. Todos nós que a coesão implica tomar decisões que promovam a qualidade dos equipamentos e das respostas sociais como no seu discurso hoje oral aqui bem evidenciou através da utilização dos fundos comunitários, mas se analisar este relatório eu verifico, quanto às receitas e de acordo com o denominado quadro da execução orçamental, na página dezanove, que os impostos directos em termos de execução atingiram cento e quinze por cento e os indirectos cento e quarenta e quatro por cento, mais do que o previsto. -----

----Que a receita de IMI, páginas vinte e sete, cresceu catorze por cento, mais cento e setenta mil euros do que em dois mil e treze. O que é que eu concluo que os munícipes fizeram mais esforço em termos de pagamento de impostos que era previsto. E se eu estabelecer uma correlação entre este acréscimo de receita com evolução das despesas de capital que agora no seu resumo inicial o Senhor Presidente nos disse que em termos de execução orçamental, as receitas em matéria de capital, o investimento foi de cinquenta e dois por cento, eu verifico que o acréscimo da receita não teve evolução nas despesas de capital, ou seja, eu equivale a dizer que não houve investimento e então nós ficamos na mesma. -----

----O investimento no ano dois mil e catorze de acordo com o relatório é apenas de vinte por cento do total das despesas, isto significa que o Município de Arganil não faz investimento ou ficou ainda aquém do que se esperaria ora sem investimento eu penso que não há coesão social, porque não há crescimento económico, porque não há como aqui foi dito, emprego e porque sem emprego não se fixam populações, não se atraem jovens, ou seja eu não posso sonhar um futuro, eu não posso sonhar Abril. Mas se nos debruçarmos com mais rigor nas rubricas da acção social, páginas vinte e quatro e



Assembleia Municipal

quarenta e nove verifica-se que a sua execução foi de zero por cento. Também os projectos para a reabilitação urbana, tal como o Senhor Vereador Miguel Ventura bem o referiu na Reunião de Câmara, continuam sem execução. Ora basta pensar nisto e percorrer a minha vila na zona antiga, eu não vejo os prédios reabilitados, eu não vejo que haja obra de construção civil de reabilitação, por isso eu não tenho emprego, eu não vendo matéria-prima, eu não vejo fixação de trabalhadores, eu não vejo dinheiro que gera dinheiro. Eu não vejo que as casas de restauração, as casas de alojamentos, não fazem também comércio. Sem alojamento eu não tenho turistas, nem de dentro nem de fora. Mas a prioridade das prioridades estratégicas das grandes opções do Plano dois mil e catorze, era nas palavras do Senhor Presidente, escritas e orais, a aposta na competitividade e no desenvolvimento económico do Concelho e o Senhor Presidente comprometeu-se por escrito em Dezembro de dois mil e catorze que esse compromisso era através da criação de um Museu Internacional do Rally, era esta a primeira prioridade, a segunda seriam as acções de melhoria na zona Industrial e a terceira a requalificação do espaço onde se realiza a Feira Semanal. Hoje para dois mil e quinze continua a dizer que a primeira prioridade na competitividade e desenvolvimento económico é a criação do Museu Internacional do Rally, a valorização das Zonas Industriais e a criação de condições para a fixação. -----

----Através de que acção é que o Senhor Presidente considera que esta sua ideia aqui inscrita foi concretizada. Eu vejo na página vinte sete de quarenta e nove que se consignou a verba de trezentos e quarenta mil euros para a estruturação do espaço do Museu, a verba de duzentos e nove mil euros para o seu equipamento interactivo e multimédia e a verba de duzentos e quarenta e quatro mil euros para software e mais outras pequenas verbas, cinco mil, nove mil, trinta mil para produção, ou seja, um total de uma verba superior a um milhão de euros para este Museu. Se o Senhor Presidente me disser em resposta a esta interpelação que eu não sei ler bem e ver estes números, eu aceito, já me costuma dizer que eu às vezes não leio as coisas bem e eu aceito, porque eu não sei ler instrumentos desta natureza que não seja o Senso Comum, mas se um Museu Internacional é eleito como uma prioridade estratégica num grande Plano, ele não pode passar omissa no Relatório de Gestão do ano seguinte. O Museu não pode nem pede mais de um ano para ser instalado e se não foi instalado, não deveria ter sido mencionado agora no relatório porque é que o não foi? -----

----Claro que V. Ex^a não vai desprezar esta minha interpelação. Não me vou referir ao Teatro Alves Coelho porque já demos o nosso contributo, nós socialistas. O senhor Deputado Luís Almeida também teve oportunidade hoje de se congratular com a unanimidade, mas devia congratular-se com uma unanimidade que não é a mudança dos Socialistas, mas é sim mudança, segundo creio da maioria, porque acordou e atendeu às nossas interpelações e ainda bem. -----



Assembleia Municipal

----Por estes motivos, por isto tudo eu direi como análise a este relatório, são muitas as evidências e as omissões na realização das prioridades estratégicas que foram enunciadas pela própria maioria e que foram agora consideradas realizadas. Viver no Concelho de Arganil, continua a ser preocupante quanto ao seu futuro e depois não nos queixemos como nos queixámos hoje e muito bem, como o Senhor Presidente disse hoje que era o seu maior e o nosso maior problema, o das migrações populacionais para as áreas urbanas mais próximas, não nos queixemos que os altos quadros da função pública aqui não residem, bem sabemos que os empresários estão cansados, que os idosos também o estão e que alguns de nós que aqui restam vindo aqui trabalhar ou vindo aqui passar algum do nosso tempo de lazer, continuamos a sonhar com Abril, mas nós queremos viver no Concelho e dou este contributo ao Senhor Presidente e à maioria. No Concelho que respeita as suas tradições, que aposte no Turismo como forma de promover o desenvolvimento equilibrado e sustentado do Concelho, como disse o Senhor Presidente hoje. Que acarinhe e proteja a sua floresta, a sua água, a sua fauna e a sua flora. Que tenha uma política agressiva no que toca à protecção do Ambiente, mais agressiva ainda, que faça do lema velho Arganil Concelho Verde uma verdadeira bandeira, uma opção estratégica, que faça questão de distribuir a riqueza pelas populações aumentando-lhes o rendimento disponível, aumentando o rendimento disponível das famílias porque nós gostaríamos de viver neste Concelho mas que não tenha uma excessiva concentração de poderes e de influência num só grupo, numa só pessoa, numa só instituição, pensemos colectivamente Arganil e que as grandes decisões sejam tomadas por todos colectivamente, que tenhamos todos voz e que todas as populações sejam envolvidas. E porque não, Senhor Presidente, aproveitar a capacidade turística deste concelho. Nós sabemos que o Turismo no nosso País é o responsável por onze por cento da riqueza, por dez por cento do emprego, que é a nossa principal fonte exportadora, que representa mais de cinco mil milhões líquidos na balança de bens e serviços no País. Sendo o Turismo uma actividade económica de tão importância mas sobretudo eminentemente privada, compete às autarquias comprometerem-se e implementarem um conjunto de programas que passem pelo reforço de cooperação com a iniciativa empresarial na promoção do destino turístico da região.-----

----Está chegada a ora de nós potenciarmos, de nós acarinharmos a quinta do Mosteiro em Folques, a Igreja do Convento de Santo António de Vila Cova, a Capela de São Pedro em Arganil, as inúmeras Capelas e Igrejas espalhadas um pouco por todo o Concelho, a Lomba do Canho nas Secarias, as Aldeias de Xisto da Benfeita e de Vila Cova do Alva, os Complexos de Arte Rupestre do Piódão e da Benfeita. Porque não fazer uma Rota Turística com relevo a nível nacional e Internacional. Todos estes locais são magníficos, alguns estão hoje escondidos, alguns estão hoje muito abandonados e todos eles têm uma história para contar. Vamos ajudá-los a contar a sua história, vamos acarinhar e



Assembleia Municipal

proteger, vamos potenciar a área da Paisagem Protegida da Serra do Açor, da Fraga da Pena, da Mata da Margaraça, dos Vales do Rio Alva e do Rio Ceira, das suas Praias Fluvial, das suas Albufeiras com todo o seus enquadramento, vamos também criar condições para que quem queira possa transformar a sua casa que tenha disponível e há tantas por aí desabitadas e abandonadas, numa casa de hóspedes, numa casa com um pequeno restaurante, numa loja para vender produtos Endógenos, é este Turismo inclusivo que cada vez mais abarca as populações e aquele que é considerado uma forma de sustentável de desenvolver uma comunidade. Desenvolver uma estratégia, enunciar pontos estratégicos é no Concelho de Arganil, potenciar o vasto Património Turístico de Arganil, porque é este vasto património turístico que dá trabalho e tudo isto pode ser feito desde que o façamos em conjunto. -----

---Por último, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, interpretem que é censurando o Relatório de Gestão em contraditório e porque todos os erros devem ser sempre corrigidos, uma tarefa sem fim que nós podemos construir Abril sempre inacabado”, -----

---Foi dada a palavra ao **Senhor Deputado António João Lopes** apenas para dizer “a sessão do Vinte Cinco de Abril é logo à tarde por isso espero vê-los cá a todos, a minha conversa em volta do Vinte Cinco de Abril não vai ser agora aqui. -----

---Quanto às contas, as contas são o arco-da-velha. Eu ouvi o ano passado o nosso colega, elemento desta Assembleia, doutor Lisboa, dizer que as contas estavam maravilhosas e o meu vizinho de bancada aqui à minha direita que era o João Oliveira, dizer que repetia as suas palavras... enfim, certamente teve mais sorte do que eu, viu os documentos, eu não vi documentos nenhuns.

---Pedi de acordo com a Lei sessenta e sete de dois mil e sete que diz que todos têm acesso a todos os documentos administrativos, ora as contas só se podem confirmar se aparece aqui nestes dossiê enormes de contas... trabalhei vinte anos com projectos em que apareciam contas e apareciam-me com frequência fotocópias, documentos de outra terra e não daquela, do Pedro quando deveria ser do Manuel... As contas são um problema, eu só faço análise olhando globalmente por isso eu não posso votar favoravelmente estas contas porque estas dependem das do ano anterior e as do ano anterior eu pedi normalmente, disse quando vinha verifica-las, quando vinha consultá-las, cheguei cá e a única resposta que tinha da senhora dona Maria José é que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal tinha dito que não havia mais nada para ver. É evidente, o senhor doutor é médico e é capaz de não estar tão familiarizado com esta legislação e com estas formas de fazer contas, mas na verdade todos nós, mesmo o Manuel ou o Pedro que anda ali na rua se subir aqui as escadas e



Assembleia Municipal

escrever um documento a dizer: eu quero ver as contas, tem igual direito a todos nós, por isso a minha opinião é a seguinte: -----

---Eu tudo aquilo e depois encontrei uma peça para o elevador de trezentos e cinquenta e seis euros no equipamento administrativo, não sei se é alguma caneta que o elevador tem porque também ainda não o usei, mas isto é capaz de estar fora da sua classificação. Depois encontrei na página vinte e um de um conjunto de trinta e seis, um telefone de vinte e nove vírgula quarenta e oito euros na casa da Cultura, isto é equipamento administrativo. Isto dá-me aspecto de não tendo consultado agora nem pedi para ver as contas, receberia a mesma resposta com certeza, isto dá-me aspecto que é o pagamento do uso do telefone e não uma peça e por aí adiante.-----

---Depois encontrei na página doze uma auto-formação profissional de vinte dias, e pá esta auto-formação profissional de vinte dias, a minha cultura não chega a tanto, isto deve ser um individuo que compra um livro e vai para casa ler e estudar, é auto-formação profissional. Depois há lá uma leve referência de uma linha só, Aldeias de Históricas em que o Senhor Presidente da Câmara é também presidente dessas Associações, não vi nada dado que é Presidente da Câmara de Arganil, recebe o seu salário pela Câmara de Arganil, não vi nada de atribuições, diferenças de dias, recebeu pelas Aldeias Históricas e de Xisto que são distribuídas pelo país, os transportes, gasolina, secretariado, comunicações e por aí adiante. Arganil é um Concelho rico mas é capaz de não dar para todas as Aldeias Históricas do país que vão desde o Algarve a Trás-os-Montes e de Xisto que vão numa grande área, por isso eu gostava que isto fosse um pouco mais coerente e víssemos resultados, resultados esses que são postos de trabalho, diminuição de emigração, produção.-----
Eu vou daqui para Coja, que é a zona baixa do Concelho e as terras que eu conheci há sessenta anos cultivadas, estão todas de mato ou quase todas, cerca de noventa por cento. É isto que temos que fazer, se fizermos isso eu nem olho para as contas, por isso a minha razão de votar contra baseia-se nisto tudo, obrigado”. -----

---Usou da palavra o **Senhor Deputado Fernando Vale** para proferir “depois da brilhante intervenção da Líder da bancada do Partido Socialista que escalpelizou de forma enzima este Relatório de Gestão de dois mil e catorze pouco me resta dizer, mas gostaria de salientar alguns aspectos que me suscitaram dúvidas.-----

---Em primeiro lugar gostaria de relembrar uma afirmação que o Senhor Presidente da Câmara fez na Assembleia Municipal de oito de Novembro de dois mil e catorze, disse “ em relação à intervenção do Senhor Deputado Fernando Maia Vale, dizer que lhe reconheço naturalmente muitas qualidades, hoje fiquei a saber mais uma que é de adivinho, já sabe o que vai acontecer sobre o ano de dois mil e



Assembleia Municipal

catorze em termos de execução”, pois bem Senhor Presidente, no ano de dois mil e catorze em termos de controlo orçamental e execução da receita, o Município de Arganil ficou pelos doze milhões e cento e vinte seis mil quatrocentos e noventa e sete euros e eu tinha dito que ia ficar entre os doze e os doze milhões e meio, Senhor Presidente espero que me parabeniza por esta adivinhação, mas tenho-lhe a dizer que não é uma adivinhação, é apenas uma questão de fazer contas. -----

---Relativamente ao Relatório de Gestão na receita o desvio foi negativo, menos dois milhões setecentos e dezasseis euros e setecentos e vinte e o documento refere que tem uma taxa de oitenta e um virgula setenta por cento de execução, este valor parece-me errado. A execução é menor, porque incluíram nas contas o saldo de gerência e este saldo no valor de um milhão cento e sessenta e um mil quinhentos e sessenta euros não me parece receita efectiva. Na despesa tiveram um desvio negativo de execução entre o orçado e o executado, um valor de três milhões, oitocentos e setenta e quatro mil e trezentos e quarenta e oito euros, ou seja, os orçamentos como referi na Assembleia Municipal de oito de Novembro de dois mil e catorze são propositadamente empolados criando falsas expectativas aos munícipes do Concelho de Arganil. -----

---Verifica-se também o aumento constante das despesas correntes, este ano de sete milhões setecentos e quarenta e quatro mil quatrocentos e nove euros, a este ritmo não me parece que o Município de Arganil consiga cumprir o princípio de equilíbrio orçamental até ao final do mandato.

---O Relatório de Gestão diz que tiveram uma poupança corrente de dois milhões cento e setenta e nove mil e cinquenta e nove euros, também esta afirmação não me parece correcta porque este valor que é mencionado de poupança corrente, foi gasto em despesas de capital e portanto não existe poupança alguma. -----

---As transferências de capital, candidaturas para o investimento baixaram, as participações para o investimento são escassas devido à fraca capacidade do Município em termos económicos e os senhores continuam a utilizar esta rubrica nos orçamentos como se fosse um dado adquirido e escrevem-se verbas que não vão ser arrecadadas como podemos ver a fraca percentagem de arrecadação de receita de capital que foi de vinte e três vírgula oitenta e dois por cento. -----

---Evidencia-se também a receita eólica, que subiu para um milhão, cento e cinquenta e dois mil, seiscentos e oitenta e nove euros, porque caso não existisse um aumento de rendimento, o Município de Arganil ficaria muito abaixo do cumprimento de execução, oitenta e cinco por cento. Este ano não voltou a cumprir mas a diferença seria ainda maior. -----

---Quanto à despesa, teve um ligeiro aumento em relação ao ano anterior e o Município de Arganil aumenta as despesas e as receitas de capital são menores o que no futuro poderá condicionar a acção do Município. -----



Assembleia Municipal

---Por fim, quanto ao endividamento a Câmara Municipal de Arganil fez o cálculo relativo ao endividamento e de acordo com o número três do artigo quinquagésimo segundo mencionado no Relatório de Prestação de Contas, o Município de Arganil tem uma margem de um milhão, cento e sessenta e sessenta e cinco mil, setecentos e doze euros e eu relativamente a este valor queria manifestar as minhas dúvidas porque com a evolução da dívida situada quase nos seis milhões de euros, duvido como é que o Município ainda tem esta capacidade de endividamento”.-----

---Teve a palavra o **Senhor Deputado Horácio Afonso** para em primeiro lugar cumprimentar o Senhor Presidente e na sua pessoa cumprimentar todos os presentes para de seguida referir “começaria por manter a minha opinião relativamente à qualidade das contas apresentadas e nesse sentido felicitar o doutor Luís Paulo a quem desejo boas melhoras e à sua equipa pelo trabalho realizado durante este ano. -----

---Devo dizer que, comparando aquilo que é a informação produzida pelo Município de Arganil com a esmagadora maioria dos grandes Municípios em Portugal, Arganil não fica a dever nada a ninguém, aliás isto é capaz de não estar afastado daquilo que o Senhor Presidente do Município há bocadinho referia quanto ao nível tecnológico que o Município apresenta e que certamente permitirá tão bem o tratamento da informação.-----

---As contas têm destas coisas, permitem o debate sobre a informação que proporcionam e ela é positiva para uns e negativa para outros. Permite também leituras diferenciadas porque é uma questão de estabelecer comparações entre valores que uns consideram fazer de um modo outros de outro, o que é importante é que a informação de base esteja correcta e quando digo que a informação de base esteja correcta é do ponto de vista da materialidade, naturalmente não nos compete nem sequer ao Revisor Oficial de Contas que emite o seu parecer como de resto ali menciona, andar à procura de pequenos valores, o que é importante é que as contas do ponto de vista material se encontrem correctas e quanto a isso não tenho dúvidas. -----

---Gostaria apenas de referir dois ou três aspectos que recolho das contas deste ano, uma delas também já aqui foi referida, e que é acolher com satisfação o acordo que finalmente foi estabelecido com a ADSE, permitindo que as responsabilidades do Município reflectissem de uma forma mais verdadeira aquilo que era efectivamente o seu nível e que levou ao tal acréscimo do passivo na ordem dos quatrocentos e oitenta e três mil euros, restando um ponto no relatório do Revisor Oficial de Contas, mas que é comum à quase totalidade dos Municípios, se não mesmo à totalidade dos Municípios do País, e que se refere à valorização do Património que é uma questão difícil de tratar e que naturalmente demorará alguns anos até que se encontre devidamente corrigida. -----



Assembleia Municipal

---Quanto à gestão financeira do Município, mais uma vez acaba por reflectir aquilo que são as estratégias e as decisões nas diferentes áreas, mas não podemos ignorar que, de facto, ao longo dos últimos anos tem sido feita uma redução muito significativa no endividamento, e muitas vezes à custa da não realização de outras opções. Esta é, digamos, a opção pela manutenção do oxigénio na esfera do Município. Corrigindo o passivo apresentado em dois mil e catorze, corrigindo no sentido de eliminar o efeito extraordinário que foi o acréscimo da dívida à ADSE, constatamos que há mais uma vez uma redução de cerca de um milhão de euros, o que corresponde a qualquer coisa como doze por cento da receita corrente líquida recolhida e esta foi provavelmente a maior aplicação dessa receita. Mais um vez podemos concordar, podemos discordar, mas repetindo, eu diria que este é o caminho do oxigénio para que possamos respirar no futuro. -----

---Quanto à capacidade de endividamento, a margem que ainda agora foi referida não é mais do que uma avaliação matemática que resulta das disposições legais existentes. A capacidade de endividamento é sempre aquilo que cada um de nós, e neste caso o Município, tenha a capacidade de negociar com quem está disponível para fazer esse financiamento. Do ponto de vista do enquadramento legal e das fórmulas que lhe estão associadas, de facto, em trinta e um de Dezembro de dois mil e catorze, a margem de endividamento do Município de Arganil era de um milhão setecentos e setenta mil euros, e isto não é mais do que uma referência. -----

---É aquilo que tenho a dizer, manifestando mais uma vez a minha satisfação pelo nível de qualidade que as Contas apresentam. O Relatório de Gestão é o reflexo da informação associada à gestão que foi exercida, e corresponde à posição de quem o elabora. Quem o aprecia terá necessariamente, e ainda bem, opiniões que não serão de todo coincidentes. Muito obrigado”. -----

---Usou da palavra o **Senhor Deputado Luís Almeida** para dizer, “desde já dizer e ainda bem que falei a seguir ao doutor Horácio Afonso, dizer-lhe aqui que realmente é um prazer ouvi-lo, pois é notório que é a sua área, a sua praia realmente quando falamos daquilo que é a nossa área de actividade, sabemos de facto do que falamos e contradiz por exemplo eu sobre contas sei o que sei e por vezes vale mais estar calado do que dizer asneira.-----

Ainda assim queria destacar aqui três pontos: dizer que da importância da Câmara Municipal ter prescindido da receita de cinco por cento do IRS, cerca de duzentos e vinte e nove mil euros. Isto porquê? Dizer que este é dinheiro que é repartido por todos aqueles contribuintes que vivem, que trabalham, que habitam no Concelho e não apenas por aqueles que mais imóveis possuem traduzindo-se no impacto directo nos orçamentos familiares e que já começa a ser sentido pelas pessoas em dois mil e catorze.-----



Assembleia Municipal

---O segundo ponto tem a ver com o prazo de pagamento a fornecedores, que neste momento se situa em dez dias, prova inequívoca do caminho que o PSD decidiu escolher no que concerne ao Saneamento Financeiro da Autarquia e para o qual o Partido Socialista em nada contribuiu uma vez que em dois mil e seis teve contra, em dois mil e dez se absteve e como tal, mérito ao Executivo e permitam-me na pessoa do Senhor Vice-presidente faze-lo.-----

---Um terceiro ponto também, o modelo adoptado de contractos programa na sua essência, na sua teoria feita, obviamente que por vezes na prática as Juntas são muitas, as necessidades são mais ainda mas realçar que um milhão de euros distribuído pelas freguesias embora os Senhores Presidentes de Junta naturalmente acharão sempre que é pouco e é legítimo que assim o pensem mas de facto permite-lhes dotar alguns meios, algumas ferramentas para fazerem e desenvolverem a sua ação no dia-a-dia, eles que estão mais próximos das populações e são os primeiros a sofrer na pele as suas queixas e os seus problemas.-----

---Dizer aqui e também porque fui visado, dizer aqui à Senhora Deputada Arménia Coimbra e permita-me, por vezes acompanhar o dia-a-dia pelos jornais do nosso Concelho é redutor e algo limitador uma vez que nos pode dar uma visão inquinada da realidade e nisto temos visões diferentes, nenhuma tem mais razão do que a outra, naturalmente, cada um esgrime os seus argumentos e vê as coisas à sua maneira, mas eu de facto orgulho-me de viver num Concelho onde é maior a qualidade de vida seja através dos espaços de lazer, de termos finalmente as Piscinas Municipais aquecidas, também na área da Educação com a requalificação dos Centros Escolares de todo o apoio que tem sido dado nesta área, na área Social, no Turismo e aqui um parêntesis até porque não o fiz à pouco, destacar sobretudo o Piódão e o enorme destaque que aquela aldeia tem tido, ainda esta semana lá foi gravado um programa de horário nobre na RTP, mas também tenho visto inclusive nos Estados Unidos reportagens, a própria CNN e outras publicações sobre aquele que é um destino de referência, para mim não há dúvidas que é a mais bela aldeia do País mas aquele que é um destino de referência, começa a ultrapassar fronteiras e que devo aqui realçar. Fazer também aqui um parêntesis para o Senhor Deputado João Lopes, eu desconhecia que havia aldeias históricas do Algarve até ao Norte do País, sei que elas se situam todas na zona Centro e discordar o seguinte, deve ser para todos um orgulho que Arganil através do seu Presidente de Câmara, presida a uma Associação e não a duas, as Aldeias de Xisto são coisas distintas, são coisas totalmente diferentes, orgulhamo-nos naturalmente também de ter Vila Cova e Benfeita inseridas na sua rede, mas estamos a falar de coisas realmente distintas, mas eu acho que deve ser um motivo de orgulho, Arganil presidir a uma Associação que tanto se tem destacado no panorama do Turismo Nacional. Dizer também que me orgulho viver num Concelho com mais obra, com mais requalificações sobretudo numa Vila que está mais atractiva e bonita, com mais ambiente. Sabemos todos que há



Assembleia Municipal

muito trabalho para fazer, que as queixas ainda são algumas mas todos também nos devemos lembrar que quando começamos ciclos e este começou em dois mil e cinco, daquele que era o nosso ponto de partida. Também mais Cultura, não queria aqui, porque se não acusam-me de estar sempre a falar na Cerâmica mas ela existe, mais Desporto destacando obviamente as Piscinas e termino dizendo, a requalificação do Teatro Alves Coelho é desde sempre uma bandeira eleitoral do PSD, é um compromisso que foi assumido por este executivo como prova disso a celebração do contrato de Direito de Superfície com a Santa Casa da Misericórdia em dois mil e oito e termino dizendo que na história ficará a obra de requalificação do Teatro Alves Coelho feita pelo Executivo PSD contrastando com o peso do encerramento daquele espaço em dois mil e dois pelo anterior executivo do Partido Socialista”. -----

----Foi dada a palavra há **Senhora Deputada Elisabete Oliveira** que referiu “aproveitando aqui vários contributos que foram dados, gostaria também de abordar aquilo que foi dito pela Deputada Arménia Coimbra logo no início aliás porque me é muito caro. Que é de facto o sonho de Abril que ainda não se cumpriu porque todos os sonhos não se cumprem, vão-se cumprindo e à minha geração são naturalmente colocadas e pedidas outras exigências e outros desafios, só possíveis porque antes da minha geração outras gerações se bateram por valor e por direitos que me foram conferidos e concedidos numa primeira linha. Por isso dizer aqui, estando consciente que a Cerimónia do Vinte Cinco de Abril será mais logo e portanto não me querendo alongar que é, da minha parte existe uma profunda gratidão para com gerações que lutaram para que eu tenha tido esses mesmos direitos e também aqui reforçar que me coloco a mim e acho que toda a minha geração e todas as gerações que seguirem há que conseguiu que Abril fosse uma realidade e a todas a consequências que Abril trouxe, uma enorme exigência porque os desafios são diferentes mas não são menos exigentes e esta descredibilização de um Sistema Político em relação à maioria das pessoas que têm a minha idade e que são da minha geração, preocupa-me muitíssimo. Relembrava há pouco durante esta Assembleia, a questão de há quarenta anos se ter elegido, de ter havido esta eleição dos meios políticos e estava a pensar que há quarenta anos noventa e dois por cento dos portugueses foram às urnas e olhava para as percentagens e pensava nisto porque acho de facto que é algo que nos deve fazer pensar a todos e ficava preocupada. Há quarenta anos, noventa e dois por cento das pessoas foram às urnas porque consideraram que era um dever tal como um direito porque eles andam sempre muito para a par, porque acreditavam no que foi feito por cada um de nós, por aqueles que têm a minha idade e por todos os outros para que hoje as percentagens sejam tão diferentes e o que leva a querer que estas pessoas passem a acreditar menos no sistema político-partidário. -----



Assembleia Municipal

---Queria portanto dizer que na minha humilde opinião, que é a minha opinião e portanto vale o que vale, dizer que acho que o melhor desafio que nos é feito a todos, é que tenhamos cada vez mais consciência de que quando estamos aqui e isto foi referido também, devemos pensar colectivamente nos interesses do nosso Concelho e obviamente nos interesses do nosso País. Dizer que é natural que existam opções diferentes, que quando possível nas áreas mais estratégicas e mais fundamentais, parece-me essencial que haja medidas consensuais e daí haver a importância desta sessão extraordinária no que diz respeito a um problema que é um problema que nos deve preocupar a todos e para os quais urge encontrar soluções e estou convicta de que vamos encontra-las, por estou convicta de que tal como um sonho se cumpriu há quarenta e um anos há muitos sonhos ainda por isso seremos capazes de o fazer mas também é importante que quando não é possível chegar a medidas consensuais, tenhamos a capacidade de aceitar aquilo que Abril trouxe que é respeitar e aceitar as decisões que os órgãos que foram eleitos por uma maioria sejam tomadas porque isto é essencial. -----

---Queria também dizer que me orgulho da actuação do Executivo Municipal porque uma das maiores actuações que me assolam e aí posso falar porque assolam também a grande maioria da minha geração, é a sustentabilidade e a responsabilidade porque se há conceito que se associa de uma forma indelével há Liberdade, é a Responsabilidade, temos que ser responsáveis. Falou-se aqui da exigência que é feita a todos os Municípios, mas se é feita, nós temos aqui também um Município que é responsável e que tem ao longo destes anos de trabalho, assumido uma postura de responsabilidade e de compromisso para com os seus compromissos financeiros como no resto já foi referido, e que tem tido aqui uma postura de respeito e de responsabilidade no que diz respeito à gestão das receitas e das despesas porque se há algo que me preocupa é de facto a inexistência de obra necessária mas também e isto é algo que acaba de ser também uma questão nacional o deixar irresponsável de dívidas para os que vêm a seguir a mim as paguem. Acho que isto é um problema que tem sido transversal, é um problema que tem de ser ultrapassado e há uma mudança de atitude que urge alterar. -----

---Fico particularmente orgulhosa por perceber que Arganil no que diz respeito a este comportamento responsável que visa a sustentabilidade futura do Concelho sem deixar de fazer investimentos prioritários no presente, deixam legado o importante para as gerações vindouras garantindo de imediato no presente um aumento de qualidade de vida para os que residem no Concelho de Arganil, para os que aqui nasceram e para os que pretendem fazer deste Concelho um Concelho mais desenvolvido e onde seja fácil, fácil nunca será, o Senhor Deputado Eugénio Fróis falou hoje numa expressão de Miguel Torga que também me é muito cara, somos teimosos e cabeçudos beirões e portanto não terá que ser fácil mas terá que valer sempre a pena e isso cabe ao



Assembleia Municipal

Município e também nos caberá com certeza a nós contribuir de uma forma construtiva e não destrutiva olhando para aquilo que foi feito ao mesmo tempo que olhamos naturalmente para aquilo que há para fazer e com certeza que o Executivo poderá contar com cada um de nós para o fazer”.

---- Interveio o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Avelino Pedroso**, no sentido de explicar a todos os presentes que as intervenções da segunda ronda passam a ter uma durabilidade de apenas cinco minutos para que todos os intervenientes possam usar da palavra. -----

----De seguida referiu “gostaria de comentar a intervenção do Senhor Deputado António João Lopes por quanto ele se referiu às minhas aptidões. -----

----Eu não tenho a pretensão de saber daquilo que não sei, nem terei se Deus me ajudar a isso, agora há uma coisa que eu lhe garanto, tenho uma vontade inquebrantável de aprender e gosto imenso de aprender. Agora fiquei preocupado, ou o Senhor Deputado pretende fazer uma auditoria às contas, o que é legítimo ou então provavelmente o seu endereço não recebe a correspondência que foi enviada a todos os Deputados Municipais e isso é que eu gostaria de ver esclarecido”. -----

----Passando ao segundo ciclo de intervenções, foi dada a palavra ao **Senhor Deputado António Lopes** para dizer “começo por esclarecer, de acordo com a lei sessenta e sete barra dois mil e sete, todos os cidadãos portugueses têm possibilidade de aceder aos documentos administrativos, eu fiz esse pedido o ano passado, cerca de um mês antes desta Assembleia de Contas e a resposta que recebi da senhora dona Maria José é que o Senhor tinha dito que não havia mais documentos a consultar, ora penso que como ocupa o lugar de Presidente da Assembleia Municipal, que consulte a lei, mais nada. Eu referia lá a lei, mas não deu, paciência mas isso... Agora o doutor Almeida, eu não sabia que as Aldeias Históricas eram só as de uma determinada lista, o que eu conheço da história do meu país que é Portugal, temos Aldeias Históricas desde o tempo dos Árabes, dos Romanos e para aí para trás, desde o Algarve até Trás-os-Montes. Os Árabes não chegaram a Trás-os-Montes mas aí havia os vancios e os Fenícios por isso há Aldeias Históricas desde o Algarve até Trás-os-Montes, obrigado e não vos ocupo mais, logo falaremos mais sobre o Vinte Cinco de Abril”. -----

----O senhor **Presidente da Assembleia Municipal, Avelino Pedroso** quis fazer apenas um pequeno esclarecimento, “sempre disse e tenho dito que qualquer Deputado poderá consultar todos os documentos existentes sobre aquilo que entender, portanto acho que isso não está vedado. Nem é vedado à Assembleia nem penso que é vedado do Executivo, agora há um conjunto de documentação que foi endereçado a todos os Senhores Deputados, penso que terá havido foi algum equívoco relativamente àquilo que era ou não de enviar”. -----



Assembleia Municipal

----Depois de feitos os esclarecimentos, foi dada a palavra ao **Senhor Deputado Eugénio Fróis**, para pronunciar “ouvi como todos, com muita atenção aqui a explanação dos números, particularmente ali a intervenção do doutor Horácio, também ouvi com atenção como todos, repito, e o achar normal esta diferença devido a opções diferentes, o que importa no fundo disse, era que as contas estivessem bem, não era por aí, registo essa leitura abrangente. A razão desta minha nota de rodapé rápida prende-se com o assunto candente da actualidade política em Arganil, que tem movido aqui muitos interesses e muita comunicação e estou a falar como já perceberam do Teatro Alves Coelho e dizer uma coisa que é verdade. Tem havido relativamente a esta matéria sensível algum cuidado e alguma harmonia e algum consenso que me parece absolutamente importante. Os Vereadores do PS, foi sublinhado pela Câmara, estiveram de facto ao lado nesta decisão e bem, a construção deste edifício lega-nos alguma responsabilidade pela envolvimento de todos, por este espírito de colaboração, por este achar que estavam a fazer uma obra importante. Eu penso que o PS aqui tem tido essa postura e há aqui uma pequena nota dissonante nesta conversa que eu entendo e vou procurar esquecer e não lhe dar resposta. Naturalmente que eu poderia dar resposta mas não quero, eu acho que neste panorama global de entendimento absolutamente necessário para se fazer a obra, não será de bom-tom quem começou, quem vai acabar, quem deveria ter agido, enfim não vamos por esse caminho porque não me parece o melhor”.-----

----Teve a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Pereira Alves, para proferir “vou procurar ser sintético, temos a sessão às quinze horas e a Assembleia também já vai longa, de todo o modo começaria por um esclarecimento porque pode ainda pairar a dúvida, presumo que apenas no Senhor Deputado António João Lopes, mas o cidadão Ricardo Pereira Alves apenas tem vencimento da Câmara Municipal de Arganil e de mais nenhuma organização nomeadamente das Associações em que representa a Câmara Municipal nos corpos directivos como seja o das Aldeias Históricas de Portugal e portanto queria que isso ficasse absolutamente claro na cabeça do Senhor Deputado Municipal António João Lopes. -----

----Por outro lado dividiria a minha intervenção em duas partes, uma mais para a vertente financeira, outra mais para a vertente municipal. Começava por dizer que as nossas contas da Câmara são alvo de Auditoria desde que tomámos posse e portanto estas contas, e isto respondendo ao senhor Deputado Fernando Vale, são auditadas pela BDO. Têm um relatório que foi distribuído pelos Senhores Deputados e que quem acompanha estas questões ano após ano, percebe que o conjunto de reservas que foram sendo suscitadas ao longo dos anos tem vindo a reduzir-se culminando com este ano em que temos apenas uma reserva relativa à questão do Património. Portanto até a reserva



Assembleia Municipal

da ADSE já esta expurgada neste relatório uma vez que foi encontrado um caminho no sentido de resolver a situação. Esta auditoria às contas da Câmara ano após ano foi uma prática que nós introduzimos e que não tem paralelo com aquilo que se passava anteriormente. Gostaria que não fossem de forma absolutamente gratuita feitas algumas intervenções pondo em causa aquilo que é qualidade e aquilo que é o trabalho técnico dos nossos colaboradores que merecem naturalmente o nosso maior respeito e o nosso maior reconhecimento e que se por ventura houver algum indicio de que algo não esteja bem nas contas, que tenham naturalmente que apresentar as correspondentes provas daquilo de que não está bem, agora afirmações de que estes valores podem não estar bem sem dizer mais, enfim peço desculpa mas não é algo que sustente e consolide a imagem de quem produz este tipo de afirmações. Por outro lado também dizer uma vez que se falou aqui em execução da receita, execução da despesa e em execução das grandes opções do plano, dizer que eu tenho aqui um gráfico que mostra aquilo que é a evolução na execução da receita desde dois mil e dois até dois mil e catorze. Curiosamente na receita, os oitenta e um vírgula sete por cento que atingimos este ano de execução da receita é o melhor resultado desde dois mil e dois, é o melhor resultado da execução da despesa desde dois mil e dois e como poderão ver, temos aqui a cor-de-rosa aquilo que são as execuções do Partido Socialista e temos a cor-de-laranja aquilo que são as execuções do Partido Social Democrata, apenas um ano no Partido Socialista foi o melhor resultado que alcançaram, a receita atingiu os sessenta e quatro vírgula cinquenta e seis por cento e portanto está mais ou menos em linha com os piores anos de execução de receita do Partido Social Democrata, repito no ano em que obtiveram melhor receita, atingiram sessenta e quatro vírgula cinquenta e seis por cento, no ano que atingimos a melhor receita temos oitenta e um vírgula setenta por cento. -----
----Passemos à Despesa: Relativamente há Despesa, mais ou menos o mesmo gráfico, obtivemos setenta e três vírgula nove por cento em dois mil e catorze, o melhor ano foi de facto em dois mil e seis em que atingimos os setenta e sete vírgula setenta e dois por cento. O melhor ano do Partido Socialista foram sessenta vírgula cinquenta por cento, este ano atingimos setenta e três vírgula nove por cento. -----
----Grandes Opções do Plano: Execução sessenta e um vírgula setenta e sete por cento em dois mil e catorze, o melhor ano do Partido Socialista porque todos os anos foram abaixo dos quarenta por cento, foi quarenta e três por cento em dois mil e dois. Esta Execução das Grandes Opções do Plano em dois mil e catorze, só foi superior em dois mil e doze, sessenta e nove vírgula vinte sete por cento e em dois mil e seis sessenta e seis vírgula catorze por cento e portanto eu julgo que relativamente às taxas de Execução quer da Receita, quer da Despesa, quer das Grandes Opções do Plano fui suficientemente esclarecedor face àquilo que é o cumprimento das metas que nos tínhamos proposto e que não têm paralelo com aquilo que tinha sido a gestão do Partido Socialista. -----



Assembleia Municipal

----Uma questão que eu gostava que ficasse absolutamente clara relativamente ao investimento nas funções sociais, página oitenta e três do Relatório de Gestão. A Câmara Municipal em dois mil e catorze investiu em matéria de funções sociais, cinco milhões seiscentos e cinquenta e quatro mil cento e setenta e oito euros, isto representa cinquenta vírgula noventa e nove por cento do total da Despesa realizada, portanto quando se fala que este Executivo não tem consciência social, fica também aqui a resposta relativamente a esta matéria. -----

----Porque julgo que terá sido um problema meu na intervenção que fiz e portanto provavelmente não fiz passar a minha mensagem, admito que o problema tenha sido meu, a Receita Corrente cobrada permitiu suportar e cobrir toda a despesa corrente e libertar, ou seja da Receita Corrente depois de pagas todas as despesas correntes, libertar dois milhões cento e setenta e nove mil e cinquenta e nove euros e noventa e quatro centimos para investimento, repito dois milhões cento e setenta e nove mil e cinquenta e nove euros e noventa e quatro centimos foram convertidos em Despesa de Capital oriundo da Receita Corrente. -----

----Já me referi à redução da dívida que atingiu perto de vinte cinco por cento, já me referi ao endividamento líquido que ultrapassou os quarenta e cinco por cento da redução de dois mil e cinco para dois mil e catorze, falta-me referir ao Pagamento a tempo e horas. -----

----O Município de Arganil é hoje dos Municípios do País que paga mais depressa aos seus fornecedores e aos seus empreiteiros. Na próxima terça-feira vamos aderir e seremos o primeiro Município do País a fazê-lo, a uma iniciativa da ACEGE que é uma iniciativa do Pagamento Pontual e que terá a presença do senhor professor Augusto Mateus que desenvolveu um estudo sobre o impacto do não pagamento a tempo e horas na economia portuguesa por parte das empresas, que terá destruídos nos últimos anos mais de cem mil postos de trabalho e portanto a Câmara Municipal de Arganil e porque esta iniciativa tinha sido inicialmente apenas desenhada só para os privados este compromisso que assumimos de cumprir os nossos compromissos a tempo e horas, vais ser alargada à administração local e o Concelho de Arganil será o primeiro a aderir a este compromisso, o que mostra bem como estamos do ponto de vista da solidez das nossas contas públicas locais.

----Sobre as questões que foram aqui abordadas relativamente à obra que está realizada, estava a ouvir a senhora Deputada Arménia Coimbra e no meu imaginário começou-se a construir uma rota que designaria pela Rota da Mudança pelo Concelho de Arganil e que teria pois diversas sub-rotas por áreas temáticas. Gostaria de a convidar a percorrer esta rota que é uma rota que os Arganilenses por três vezes sufragaram e que responde àquilo que é o nosso compromisso eleitoral com os Arganilenses, que gostamos e nos honramos de cumprir. Naturalmente que e estamos no dia Vinte Cinco de Abril e essa é a expressão máxima da Democracia é de facto existir o direito ao contraditório e o direito à crítica e eu acho que isso valoriza e engrandece todos aqueles que são protagonistas



Assembleia Municipal

políticos e portanto aceito com muito fair-play as críticas que a senhora deputada hoje aqui dirigiu ao Executivo Camarário e permite-me naturalmente discordar como é evidente, mas tenho também naturalmente o conforto da ampla maioria que os Arganilenses têm relativamente à avaliação que fazem do trabalho do Executivo Autárquico que tenho a honra e o gosto de liderar.-----

----Voltando há Rota da Mudança poderíamos no domínio da Educação começar por visitar o Centro Escolar de São Martinho da Cortiça, o Centro Escolar de Coja, passando pela requalificação da Escola EB um de Arganil isto percorrendo e utilizando os transportes escolares que em dois mil e cinco ofereciam às crianças na situação mais limite terem de sair de casa às seis da manhã e passaram a sair de casa às sete e meia da manhã reduzindo o tempo de espera nas escolas, poderia falar do reforço da acção social escolar que passou de vinte seis por cento em dois mil e cinco para cinquenta e seis e meio por cento no final de dois mil e doze. Poderia falar da isenção dos transportes escolares até ao décimo segundo ano ou até podia falar do aumento do apoio ao nível dos livros escolares ou também no domínio das refeições escolares. Mas poderíamos passar para a área da Cultura e visita o auditório da Cerâmica Arganilense ou o Centro Cultural de São Martinho da Cortiça ou a Feira das Freguesias ou a aposta que se fez no relançamento da Ficabeira.-----

----No domínio do Ambiente poderíamos ir ao Parque Verde do Subpaço ou ao Parque Verde Urbano do Prado em Coja, visitar as oito ETAR'S praticamente concluídas e que se iniciaram no ano de dois mil e catorze ou este ano visitar as três ETAR'S que pretendemos construir e também os inúmeros que se fizeram ao nível de abastecimento de água. A obra de facto é muita e eu esquecer-me-ia de referir mas não me vou esquecer, das ETAR'S que foram construídas em Arganil e Coja. Poderíamos também no domínio do Turismo visitar as novas unidades de alojamento que nasceram no Concelho e que representam mais de sessenta por cento de aumento da capacidade de alojamento face aquilo que tínhamos em dois mil e cinco ou poderíamos visitar o conjunto de investimentos que fizemos em diferentes praias fluviais do Concelho em mais de uma dezena de intervenções. Poderíamos também falar da mobilidade senhora deputada e percorrer as estradas do Concelho que têm cerca de quatrocentos quilómetros das quais já recuperamos cerca de cento e vinte quilómetros, enfim eu seria fastidioso se me fosse referir a todos os cantos e recantos que poderíamos visitar neste Concelho e que foram alvo de investimento público sem esquecer aquele investimento que foi feito em conjunto com as Juntas de Freguesia através da celebração de Contratos-Programa, que eram investimentos que as populações há muito desejavam e que finalmente aconteceram fruto deste trabalho em equipa e parceria que desenvolvemos com as Juntas de Freguesia.-----

Senhora Deputada fica o convite para fazermos esta Rota da Mudança onde certamente mudará a sua opinião sobre aquilo que tem vindo a ser desenvolvido nos últimos anos em Arganil e em todo o Concelho".-----



Assembleia Municipal

---Teve a palavra o Senhor Deputado António Lopes, “eu só queria dizer ao Senhor Presidente da Câmara que eu não me estava a referir aos possíveis ordenados que tinha, estava-me a referir que ao ser Presidente dessas Associações, certamente Almeida também é uma Aldeia Histórica, também tem que pagar uma parte do seu salário, dos seus transportes, dos seus secretariados nesses dias que trabalha para isso, é isso que eu digo, não estou a dizer que receba quatro ou cinco salários, isso não me interessa, com os impostos.-----

---Quanto às contas, todos nós nestes últimos quatro anos vimos bancos a falir e empresas com auditorias aos milhões”.-----

---Foi dada a palavra ao **Senhor Deputado Fernando Vale** para mencionar “Senhor Presidente da Câmara, eu manifestei dúvidas e reservas relativamente a alguns pontos do Relatório de Gestão que nos foi remetido, o senhor não me respondeu a nenhuma delas, o senhor com certeza tomou nota daquilo que eu disse, veja e na próxima Assembleia Municipal responda-me já com os dados na sua mão, porque já vi que não foi capaz de o fazer neste momento.-----

---Também foi com mágoa que o senhor não se dirigiu a mim relativamente ao meu dom de adivinho, julguei que o fosse fazer mas não o fez, tenho pena.-----

---Relativamente às Execuções Orçamentais é claro que as exigências legais que parametrizam as contas municipais dos Municípios são completamente distintas há dez ou quinze anos do que são agora, portanto acho que não se pode comparar”.-----

---Teve a palavra o **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho da Cortiça, Rui Franco** para proferir “não poderia deixar de intervir para elogiar a descrição que o Senhor Presidente da Câmara fez de uma forma sintética, não preparada e muito rápida, sobre esta extraordinária viagem pelo Concelho de Arganil em várias áreas, na cultura, na saúde, na educação, no ambiente e realmente essa descrição traduz a realidade dos factos e todos nós temos memória e sabemos que aquilo que o Senhor Presidente se referiu traduz a realidade do nosso crescimento, aquilo que efectivamente se verificou estes anos e se tem verificado no Concelho de Arganil, a par de uma ausência de investimento anterior a dois mil e cinco onde todas estas medidas já eram necessárias e nunca foram tomadas. Foi uma viagem bonita, alucinante até pela rapidez com que a descreveu mas extraordinária porque ela sim traduz as percentagens de execução orçamental que foram hoje aqui



Assembleia Municipal

faladas, porque isso sim é a obra, é aquilo que efectivamente a nossa população precisa lá fora. Parabéns Senhor Presidente foi rápido e eficaz na descrição”.

----Pedi a palavra a **Senhora Deputada Elisabete Oliveira** apenas para dizer “ é muito rápido e vem neste sentido, de tal forma que acho que deve alargar o convite a toda a Assembleia, para todos fazermos a Rota”.

----Teve a palavra a **Deputa Arménia Coimbra** que referiu “eu não quero falar nada, apenas dizer que não ouvi nada e nada escrito está sobre a prioridade das prioridades que era o Museu do Rally e o silêncio diz tudo, nada foi feito, continua a ser prioridade para dois mil e quinze. Eu não quero mais explicações, está dito, os senhores congratulam-se nós censuramos e faz-se a Democracia”.

----Usou da palavra o **Senhor Presidente da Câmara, Ricardo Pereira Alves** para acrescentar, “como a Democracia é também o exercício do contraditório não vou poder deixar de lhe responder, relativamente à questão sobre o Museu Internacional do Rally, é este o compromisso que está assumido, tudo faremos para que não tenha que ser despendido qualquer euro do orçamento da Câmara para a concretização do projecto, temos um programação submetida para ter uma comparticipação de Fundos Europeus e queremos que a outra componente seja feita através de apoios privados nos quais tem havido desenvolvimento nos últimos tempos e portanto queremos avançar com o projecto e foi essa a razão por ainda não ter sido executado.

---- Queria agradecer as palavras do Senhor Presidente da Junta de São Martinho da Cortiça, também o sucesso do trabalho que temos desenvolvido só tem sido possível pelo facto de a Câmara ser extensível ao trabalho que é feito nas Freguesias e do trabalho em equipa que temos vindo a desenvolver e dizer ao senhor Deputado Fernando Vale de que o projecto que o Partido Socialista tem para o Concelho, é um projecto inviável. Houve muitas mudanças na legislação e mais uma vez, aquilo que os senhores hoje aqui vieram trazer é que querem a redução da Receita e aumento da Despesa, ora isso é inconciliável com aquilo que é o cumprimento a tempo e horas dos compromissos. Esse tempo em que as obras eram para fazer e não eram para pagar, foi um tempo que não deixou saudades e portanto não queremos voltar a ele”.



Assembleia Municipal

----Depois de todas as intervenções, todos os contributos e feitos todos os esclarecimentos, o Senhor **Presidente da Assembleia** colocou à votação tendo sido aprovado pela maioria com sete abstenções, sendo da senhora Deputada Arménia Coimbra, -----

----- Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro. -----

6)-Discussão e votação da proposta da aplicação do resultado líquido do exercício relativo ao ano de 2014.

-----O **Senhor Presidente da Assembleia**, colocou à votação tendo sido aprovado por unanimidade. -----

----- Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro. -----

7) Apreciação e votação da Revisão Orçamental nº1/2015. -----

-----O **Senhor Presidente da Assembleia**, colocou à votação tendo sido aprovado por unanimidade. -----

----- Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro. -----

8) Apreciação do Relatório semestral sobre a execução do Plano de Saneamento Financeiro.

9) Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara acerca da Actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo.



Assembleia Municipal

ENCERRAMENTO

-----Não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Assembleia** deu por encerrada a sessão, agradecendo a todos os presentes, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, executivo, também aos elementos do staffe do Município e à Imprensa que aqui estiveram, desejando um bom almoço e um até já para as cerimónias das comemorações do Vinte Cinco de Abril e assim, declarou encerrada a sessão da qual, para constar, se lavrou a presente acta que eu, _____, 1º Secretário redigi, subscrevi e também assino.



Assembleia Municipal

ANEXOS